

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**O SISTEMA DE PROTEÇÃO BRASILEIRO VOLTADO À CRIMINALIZAÇÃO NAS
REDES SOCIAIS VIRTUAIS EM CASOS DE *FAKE NEWS*: CASO MARIELLE
FRANCO**

STEFANIE DE SOUZA RIBEIRO DE ARAUJO

**Rio de Janeiro
2019/1**

STEFANIE DE SOUZA RIBEIRO DE ARAUJO

**O SISTEMA DE PROTEÇÃO BRASILEIRO VOLTADO À CRIMINALIZAÇÃO NAS
REDES SOCIAIS VIRTUAIS EM CASOS DE *FAKE NEWS*: CASO MARIELLE
FRANCO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro**.

Rio de Janeiro

2019/1

CIP - Catalogação na Publicação

d658s de Souza Ribeiro de Araujo, Stefanie
O Sistema de Proteção Brasileiro voltado à
Criminalização nas Redes Sociais Virtuais em Casos
de Fake News: Caso Marielle Franco / Stefanie de
Souza Ribeiro de Araujo. -- Rio de Janeiro, 2019.
67 f.

Orientador: Antonio Eduardo Ramires Santoro.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

1. Caso da Vereadora Marielle Franco. 2. Fake
News e seu Procedimento de Identificação. 3.
Processo de Criminalização. 4. Sistema de Proteção
Brasileiro. I. Eduardo Ramires Santoro, Antonio,
orient. II. Título.

STEFANIE DE SOUZA RIBEIRO DE ARAUJO

**O SISTEMA DE PROTEÇÃO BRASILEIRO VOLTADO À CRIMINALIZAÇÃO NAS
REDES SOCIAIS VIRTUAIS EM CASOS DE *FAKE NEWS*: CASO MARIELLE
FRANCO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro**.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____.

Banca examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

**Rio de Janeiro
2019/1**

AGRADECIMENTOS

A temática da presente monografia tem muito significado para mim, não apenas por causa de todo conteúdo dogmático que aprendi com meus professores nesses cinco longos anos de caminhada, mas, sobretudo, aos ensinamentos das matérias verdadeiramente importantes para o direito, aquelas que fazem os operadores do direito refletirem que não progredimos sozinhos, sejam elas sociologia, filosofia, criminologia, dentre outras diversas ciências importantíssimas para nossa formação.

O direito para ser eficiente de verdade necessita de outras ciências para obter sucesso em suas implementações, o que nos faz refletir que não avançamos e progredimos sozinhos.

De fato, se eu estou aqui escrevendo exatamente esse parágrafo posso afirmar com mais alta certeza que essa caminhada não foi apenas feita por mim. Muitas vezes as pessoas podem dar muito mais valor ao teor do desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso, mas passam desavisadas pela sessão mais importante de qualquer obra, que é aquela que se expressa gratidão por aqueles sem os quais não seria possível chegar até aqui.

Seguindo tal contexto, primeiramente, agradeço ao meu querido Deus que sem sua força e proteção muito dificilmente estaria aqui hoje. Agradeço, ainda, aos meus pais que sempre se fizeram presentes, nutrindo-me com amor, luz e muita perseverança. Obrigada por terem me ensinado a nunca desistir.

Agradeço aos meus irmãos, Davi pela parceria e motivação de cada dia e Stella, minha maior inspiração acadêmica que me incentiva todos os dias despertando sempre o melhor de mim. Agradeço, ainda, a todos meus familiares que sempre me apoiaram e com todo carinho e amor nunca me deixaram esmorecer.

Ademais, agradeço a todos os meus amigos, que de forma única preencheram os meus dias com alegria e apoio, tornando a caminhada até aqui muito mais leve e prazerosa. E por fim, os meus professores, especialmente, ao professor orientador Antonio Santoro que contribuiu para meu progresso como pesquisadora e estudante de direito.

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.

(Carl Gustav Jung)

RESUMO

ARAUJO, S. S. R. **O Sistema de Proteção Brasileiro voltado à Criminalização nas Redes Sociais Virtuais em Casos de *Fake News*: Caso Marielle Franco**. 2019. f.68. Monografia (Graduação em Direito) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2019.

O direito como ciência responsável pela organização, controle e responsabilização das relações entre os indivíduos de uma sociedade, busca sempre se adaptar a partir de eventuais inovações e mudanças sociais que acontecem no decorrer do tempo. Por intermédio das transformações sociais advindas da popularização das redes sociais virtuais e consequentemente do surgimento de um novo ambiente em que as pessoas são inseridas, despertou-se a necessidade de um sistema de proteção que abarcasse esse novo meio de comunicação. Nesse sentido, a proposta da presente pesquisa consiste em discutir sobre o sistema de proteção brasileiro voltado a processos de criminalização inverídicos pautados em *fake news*, com enfoque nos mecanismos já existentes, com o intuito de verificar se eles são suficientes para controlar e frear a disseminação e criação de notícias falsas. Esta monografia será iniciada por meio de uma contextualização do caso Marielle Franco, bem como sua problematização. Depois abordará desde os conceitos básicos para a discussão dessa temática, como a concepção de o que seria *fake new*, crime, criminoso, vítima e processo de criminalização. E, por fim, serão apresentados os mecanismos presentes no sistema brasileiro que objetivam regulamentar os casos que envolvam notícias falsas divulgadas no meio cibernético, sejam eles para o público comum, político, ou àqueles que defendem os direitos humanos.

Palavras-chave: Redes sociais virtuais. Internet. Notícias Falsas. Sistema de proteção brasileiro. Criminalização. Representantes do povo. Representantes de Direitos Humanos.

ABSTRACT

ARAÚJO, S. S. R. **O Sistema de Proteção Brasileiro voltado à Criminalização nas Redes Sociais Virtuais em Casos de *Fake News*: Caso Marielle Franco**. 2019. f.68. Monografia (Graduação em Direito) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2019.

The Law as a science responsible for the organization, control and accountability of the relations between individuals in a society, always seeks to adapt from possible innovations and social changes that take place over time. Through the social transformations originated from the popularization of virtual social networks and consequently the emergence of a new environment in which people are inserted, the need for a protection system that encompassed this new communication mode was awakened. In this sense, the proposal of the present research consists of discussing the Brazilian protection system focused on the unjustified criminalization processes based on fake news, focusing on the existing mechanisms, in order to verify if they are sufficient to control and curb the dissemination and creation of fake news. This research will be initiated through a contextualization of the Marielle Franco case, as well as its problematization. Then it will approach from the basic concepts to the discussion of this subject, like the conception of what would be fake new, crime, criminal, victim and criminalization process. And, finally, the mechanisms presented in the Brazilian system that aim to regulate the cases involving false news divulged in the cybernetic environment, be they for the common public, political, or for those who defend human rights.

Keywords: Virtual social networks. Internet. Fake News. Brazilian protection system. Criminalization. Representatives of the people. Representatives of the human rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	13
1.1 Caso da Vereadora Marielle Franco.....	14
1.1.1 <i>Demanda no Judiciário</i>	18
1.2 Problematização e Importância de Meios de Proteção à Luz da Constituição.....	21
2 MARCO TEÓRICO.....	27
2.1 Conceito de <i>Fake News</i>	27
2.1.1 <i>Procedimento de Identificação</i>	29
2.2 Conceito de Crime.....	30
2.3 Conceito de Criminoso.....	32
2.4 Conceito de Vítima.....	33
2.5 Processo de Criminalização.....	34
3 SISTEMA PENAL DE PROTEÇÃO BRASILEIRO.....	38
3.1 Proteção no Âmbito Cível.....	39
3.1.1 <i>Lei da Imprensa</i>	39
3.1.2 <i>Marco Civil da Internet</i>	40
3.2 Proteção no Âmbito Eleitoral.....	44
3.3 Proteção no Âmbito Penal.....	47
3.4 Proteção à Luz da Defesa dos Direitos Humanos.....	49
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

INTRODUÇÃO

Por meio dessa popularização das chamadas redes sociais virtuais, como o *Facebook*, *Whatsapp*, *Twitter*, *Youtube*¹ e demais redes sociais virtuais, as *fake news* podem propiciar a ocorrência de um processo de criminalização prévio e inverídico, podendo provocar diversas consequências para a vítima, um exemplo seria o caso da vereadora Marielle Franco, que será comentado brevemente nesta sessão e melhor analisado posteriormente no decorrer desta monografia.

O caso ocorreu no dia 14 de março de 2018, em que a vereadora do partido político PSOL do Rio de Janeiro, Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, foi executada no centro da capital junto com Anderson Pedro Mathias Gomes, motorista do veículo em que Marielle se encontrava. Seu assassinato motivou reações tanto no âmbito nacional como internacional, atraindo a organização de diversos protestos em todo o território brasileiro e internacional.

Ocorre que, algumas pessoas e grupos representativos da direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o deputado Alberto Fraga, utilizando-se de informações comprovadas como inverídicas posteriormente, publicaram mensagens que foram divulgadas em diversas redes sociais gerando questionamentos a respeito da idoneidade moral de Marielle, especialmente em relação a suposto envolvimento com crime organizado².

Nesse sentido, o referido tema foi escolhido não somente pelas consequências que a vítima de notícias falsas pode sofrer, mas também pela problematização da rapidez com que as *fakes news* são repassadas no ambiente virtual, o que nota relevante importância do estudo do processo de criminalização desses casos na área acadêmica, e assim, ser um primeiro passo para futuras pesquisas que realizem a distinção entre o processo de criminalização cibernético e o “não virtual” que estávamos habituados antes da chamada “era digital”, possibilitando a identificação dos critérios necessários para a realização de políticas públicas a fim de coibir essas ações.

¹ É relevante destacar que as quatro redes sociais mencionadas serão melhor abordadas no decorrer da presente pesquisa, uma vez que foram encontradas notícias falsas em todas elas.

² CASO FACEBOOK III. **Descumprimento de Ordem Judicial de Remoção e Filtragem de Conteúdo.** Bloqueios.info. Publicado em 28 mar. 2018. Disponível em: <<http://bloqueios.info/pt/casos/descumprimento-de-ordem-judicial-de-remocao-e-filtragem-de-conteudo/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

Ante essa cultura problemática de crescimento e disseminação das notícias falsas, pretende-se analisar o efeito desmobilizador das *fake news* às suas vítimas sejam elas pessoas comuns, representantes do povo ou defensoras de direitos de dignidade. No que toca respeito sobre a última, deve-se notar que às notícias falsas direcionadas aos defensores de direitos humanos buscam atingir as atuações empreendidas por eles. Seguindo tal contexto, parte-se da hipótese da necessidade e existência de um sistema protetivo que promova e assegure garantias e direitos fundamentais.

A escolha do tema da presente pesquisa é justificada perante a obscuridade que se encontram os abusos, ameaças e violências que as vítimas de notícias falsas se encontram no território brasileiro, sobretudo aos políticos no sentido de serem representantes do povo, bem como aos defensores de direitos de dignidade. Isto pode ser evidenciado através da morte, o medo e a dor se tornarem como estratégias de silenciamento, intimidação e até mesmo vingança. Tais circunstâncias acarretam em consequências não apenas à vítima e aos seus familiares, mas à sociedade em toda sua magnitude, no sentido de dismantelar a luta por direitos que deveriam ser gozados por todos.

A presente pesquisa busca a partir do estudo do caso da vereadora Marielle Franco do partido político brasileiro PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), analisar e se possível aferir precisamente como se dá o processo de criminalização nas redes sociais virtuais voltado aos casos de notícias falsas, termo muito utilizado nos dias de hoje na língua inglesa como “*fake news*”.

O objetivo específico do estudo é exatamente identificar o papel das *fake news* no processo de criminalização a partir de um estudo de caso, qual seja, o da vereadora Marielle Franco, no qual notícias falsas divulgadas por meio de internautas de diversas redes sociais virtuais lhe imputaram crimes, que após serem apurados, foram verificados como totalmente inverídicos.

O fato é que não se sabe até que ponto a propagação das *fake news* pode ser prejudicial, qual o grau de dificuldade de saber sua origem ou sua autoria, bem como outras problematizações que poderão ser encontradas no decorrer da pesquisa.

A análise se dará sob a perspectiva das polêmicas que se inserem no contexto das redes sociais virtuais, a possível dificuldade de saber a origem de sua propagação, de serem identificados os autores que fizeram e propagaram as notícias falsas, a possibilidade de uma divulgação maior do que ocorreria no “mundo real”, bem como outros fatos que poderão ser encontrados no decorrer da pesquisa, de modo que acrescente ou até mesmo anule as hipóteses supracitadas.

Deste modo, como objetivos gerais, a presente pesquisa pretende, primeiramente, elaborar uma contextualização no sentido de auxiliar o leitor a entender o caso objeto da presente monografia, discorrendo a respeito do caso, sua demanda no judiciário e a problematização e importância de mecanismo de proteção à luz da Constituição da República.

Posteriormente, demarcar breve marco teórico das *fake news* e seu procedimento de identificação, bem como conceitos importantes como crime, criminoso, vítima e o que seria processo de criminalização de origem primária, secundária e terciária a partir de suas definições doutrinárias.

O que se pretende aferir é se essa prejudicialidade decorre da subversão das fases de criminalização, uma vez que a vítima receberia a imagem de criminoso antes mesmo de uma decisão estatal legítima, com base em uma análise superficial, inadequada e muitas vezes com cunho político.

Por fim, analisar e estudar exemplificações de proteção no território brasileiro que buscam combater a disseminação das *fakes news*, de maneira objetiva especificando instrumentos presentes nos âmbitos cível, eleitoral e penal, que objetivam implementar a tutela e a responsabilização da temática que envolve notícias falsas no universo virtual.

Nesse sentido, o objetivo final será elaborar uma análise dos dispositivos legais das referidas searas do direito, que têm por finalidade promover meios específicos de proteção. Tais instrumentos objetivam o controle, a fiscalização e a responsabilização das condutas dos autores, bem como a proteção das vítimas de casos que envolvam a criação e propagação de *fake news*, sejam elas pessoas comuns, políticas ou defensoras de direitos humanos.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO

A grande quantidade de *fake news* em relação à Marielle Franco, como será mostrado posteriormente na sessão que irá percorrer todas as especificidades do caso, gerou enormes repercussões nas redes sociais virtuais e na *Internet*, comprovando a alta potencialidade das notícias falsas se propagarem de uma forma mais rápida possível, não somente em relação a pessoas de grande influência na mídia, como políticos que discordavam com a opinião político-ideológica da vereadora, mas também pessoas comuns que nem se quer a conheciam, no caso daqueles que compartilharam os conteúdos por meio do aplicativo *Whatsapp*.

A finalidade do corrente capítulo consiste em realizar uma contextualização no sentido de preparar o leitor desta monografia para as análises que serão feitas posteriormente. Em primeiro lugar, será feita a exposição do caso Marielle Franco abrangendo um pouco sobre sua identidade e direitos pelos quais lutava para serem assegurados; detalhes do seu assassinato, bem como a repercussão que esse atentado causou na *Internet*, sobretudo nas redes sociais virtuais; e as prisões até agora feitas no âmbito deste caso.

Dentro deste subcapítulo haverá uma sessão objetivando relatar o caso no Judiciário na esfera cível. Salienta-se que, as investigações a respeito do crime em contexto estão sob sigilo, o que impossibilita sua análise. Nada obstante, não acarretará prejuízo à pesquisa, visto que o objeto do trabalho diz respeito ao sistema de proteção a criminalizações inverídicas baseadas em casos de notícias falsas no universo cibernético, sendo interessante não a análise do resultado das investigações penais, mas dos dados publicizados na rede mundial de computadores.

Por fim, será apresentada a problematização da propagação e criação de *fake news*, com base na existência de aparente colisão entre princípios e garantias constitucionais que possuem observância essencial para no presente estudo.

Será demonstrada, também, a relevância da presença de um sistema de proteção brasileiro capaz de fiscalizar, controlar e reduzir essa difusão de notícias falsas no ambiente virtual, que em momento oportuno terá um capítulo específico para discutir os mecanismos nas esferas cível, penal e eleitoral.

1.1 Caso da Vereadora Marielle Franco

Com o intuito de esclarecer melhor o caso, que é objeto do presente estudo, serão apresentadas as informações mais relevantes em relação ao caso Marielle Franco. Será abordado um contexto em relação ao seu assassinato e as repercussões que o caso teve sobre não apenas a sua morte, bem como o que supostamente teria feito ainda viva, uma vez que lhe foi imputada crimes em diversas redes sociais, causando uma criminalização injusta e inverídica pautada em *fake news*, conforme investigações feitas posteriormente.

Marielle Franco foi uma brasileira, socióloga, política, defensora dos direitos humanos, conhecida como referência na luta pelos direitos das minorias. Foi eleita como vereadora da cidade do Rio de Janeiro para a Legislatura de 2017 a 2020, através do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ³.

Após o evento chamado "Jovens Negras Movendo Estruturas", no dia 14 de março de 2018, foram efetuados treze disparos no veículo em que estavam presentes Marielle Franco, Fernanda Chaves, sua assessora e Anderson Gomes, motorista que estava dirigindo o carro no momento da execução⁴.

O carro transitava pela Rua Joaquin Palhares, no bairro Estácio, até que outro veículo emparelhou com o deles e realizaram os disparos a uma distância de aproximadamente dois metros. Nove acertaram a lataria e quatro o vidro.

Marielle Franco foi atingida por quatro tiros e Anderson Gomes por três nas costas, acarretando a morte dos dois na hora do ocorrido. Já Fernanda Chaves foi atingida apenas por estilhaços desses tiros, sobrevivendo ao atentado. A execução foi rápida, os criminosos fugiram do local e não levaram bens, o que leva a crer que o *animus criminis* já estava

³ SARAIVA, Jacqueline. **Saiba quem era Marielle Franco, vereadora assassinada a tiros no Rio**. Em.com.br. Publicado em 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/15/interna_politica,944288/saiba-quem-era-marielle-franco-vereadora-assassinada-a-tiros-no-rio.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2018

⁴ **CASO MARIELLE: O que se sabe até agora sobre o crime que completa um ano**. El País. Publicado em 12 mar. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/12/politica/1552413743_367093.html> . Acesso em: 16 mar. 2019

concretizado após os disparos efetuados⁵.

Em um primeiro momento não se foi descartada nenhuma hipótese em relação à motivação do crime. No entanto, desde o início havia estranheza ao notar alguns detalhes do caso, como o fato da vereadora estar no banco traseiro do veículo e os tiros terem sido todos mirados na porta de trás. Já se podia deduzir que, por causa da escolha da direção dos tiros, os autores do crime já estavam perseguindo Marielle desde que entrou no carro, possibilitando a ideia do crime ter sido planejado e esperado até o momento certo para obtenção de sucesso⁶.

Após o anúncio do assassinato, considerando o incontestável reconhecimento da atuação de Marielle como não somente uma representante de ideias e posicionamentos políticos, bem como defensora de direitos humanos, ocorreu uma manifestação geral nas redes sociais.

Segundo a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, a principal plataforma digital a se mobilizar em relação ao caso foi o *Twitter*. Depois de duas horas do ocorrido, foram proferidas aproximadamente 567 mil menções ao nome da Vereadora. Apenas sete por cento de usuários do *Twitter* se manifestaram contra a esquerda e um suposto aproveitamento político pelo partido PSOL em relação ao ocorrido⁷.

No que diz respeito a esse número foi averiguado que oitenta e oito por cento dessas mensagens foram de pesar pela morte de Marielle e apoio aos seus ideais, ponderando também suposições de que o crime cometido poderia ter sido planejado e executado por policiais militares que estavam em desacordo com seus posicionamentos políticos.

Essas suspeitas foram consideradas como motivos de sua morte tendo em vista que, um dia antes de seu falecimento, Marielle Franco teria criticado a atuação da Polícia Militar pelo

⁵ G1 – SÃO PAULO. **Assassinato de Marielle Franco: o que se sabe sobre o crime**. G1 Globo. Publicado em 15 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/assassinato-da-vereadora-marielle-o-que-se-sabe-sobre-o-crime.ghtml>>. Acesso em 09 jun. 2018

⁶ SARAIVA, Jacqueline. **Morte de vereadora e motorista no Rio: o que se sabe até agora**. Correio Braziliense Brasil. Publicado em 15 mar. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/03/15/interna_politica,666341/morte-de-vereadora-e-motorista-no-rio-o-que-se-sabe-ate-agora.shtml>. Acesso em: 09 jun. 2018

⁷ EQUIPE VICE BRASIL. **Morte de Marielle mobilizou 567 mil tuítes; 7% deles criticaram a esquerda. Grande maioria de usuários do Twitter expressou revolta e condolências**. Vice. Publicado em 16 mar. 2018. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/mbxqwp/morte-de-marielle-mobilizou-567-mil-tuites-7-foram-criticas-a-esquerda>. Acesso em: 09 jun. 2018.

assassinato de um adolescente. A vereadora também estava atuando na Comissão da Câmara de Vereadores na cidade do Rio de Janeiro como relatora daquele procedimento, que foi criado com o objetivo de analisar e investigar a atuação das tropas na intervenção federal na segurança do Estado⁸.

Ocorreram protestos em diversas capitais do Brasil contra sua morte que, segundo tais manifestações, representava não apenas a defesa dos direitos humanos, bem como o combate a violência, homofobia e o genocídio negro⁹.

Diante desses acontecimentos, foi iniciada uma guerra ideológica nas redes sociais em que uns homenageavam a Vereadora por tudo o que a política representava, mas outros, em contradição aos demais, criticavam sua atuação como defensora de direitos humanos e até informações falsas foram criadas e propagadas relacionando-a com o tráfico de drogas.

Uma diversidade de textos com informações falsas mencionando que Marielle Franco seria ex-mulher do traficando Marcinho VP foram compartilhados pelo *Whatsapp*. Com objetivo de analisar a propagação dessas mensagens, segundo pesquisa feita pela Universidade de São Paulo (USP), metade desses textos sobre ela foi espalhado por grupos de família na rede social¹⁰.

Dentre todas as publicações falsas, uma das mais famosas foi compartilhada pelo deputado federal Alberto Fraga do partido político Democratas (DEM), com a seguinte afirmação em sua página no *twitter*¹¹:

Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle franco. Engravidou aos 16 anos, ex esposa do Marcinho VP, usuária de maconha, defensora de facção rival e eleita

⁸ SARAIVA, Jacqueline. **Morte de vereadora e motorista no Rio: o que se sabe até agora**. Correio Braziliense Brasil. Publicado em 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/03/15/interna_politica,666341/morte-de-vereadora-e-motorista-no-rio-o-que-se-sabe-ate-agora.shtml>. Acesso em: 09 jun. 2018.

⁹ G1. **Manifestantes protestam pelo país contra a morte de Marielle Franco**. G1 Globo. Publicado em 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contra-a-morte-de-marielle-franco.ghtml>>. Acesso em 09 jun. 2018.

¹⁰ GRAGNANI, Juliana. **Pesquisa inédita identifica grupos de família como principal vetor de notícias falsas no WhatsApp**. BBC News. Publicado em 20 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43797257>>. Acesso em 09 jun. 2018.

¹¹ RODRIGUES, Mateus. **Após divulgar fake news sobre Marielle, deputado Alberto Fraga suspende redes sociais**. G1 Globo. Publicado em 19 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-divulgar-fake-news-sobre-marielle-deputado-alberto-fraga-suspende-redes-sociais.ghtml>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

pelo Comando Vermelho, exonerou recentemente 6 funcionários, mas quem a matou, foi a PM.

Por esse motivo, com a finalidade de combater as *fakes news* que estavam sendo propagadas em diversas redes sociais sobre Marielle Franco, bem como deslegitimando suas atuações e degradando sua imagem, o escritório de advocacia EJS Advogadas se dedicou a rastrear todo conteúdo calunioso propagado nas redes sociais.

Foram recebidas aproximadamente duas mil denúncias por meio de endereço eletrônico até o dia 19 de março de 2019. Por meio da coleta de todas as mensagens falsas com seus respectivos autores, todo esse conteúdo serviu como contribuição à investigação do caso na Delegacia de Repressão a Crimes de Informática da Polícia Civil¹².

Posteriormente, tendo em vista o aparecimento de diversas mensagens com conteúdo calunioso na *internet*, a família de Marielle moveu uma ação judicial com base no artigo 12, parágrafo único, do Código Civil¹³. Magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro determinaram a retirada das postagens que possuíam conteúdo calunioso ou falso no *Facebook*¹⁴ e no *YouTube*¹⁵.

Ao *Facebook*, em especial, foi exigido que trabalhasse com políticas de prevenção de publicações de novas postagens com conteúdo falso, informando se os perfis de Luciano Ayan, Luciano Henrique Ayan e Movimento Brasil Livre patrocinaram respectivas *fake news*¹⁶. Ressalta-se que as demandas judiciais citadas serão melhor esclarecidas no próximo subcapítulo.

¹² DA REDAÇÃO. **Advogadas se engajam no combate às notícias falsas sobre Marielle**. Claudia Abril. Publicado em 19 mar. 2018. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/noticias-falsas-marielle/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

¹³ Arttigo 12, do Código Civil: “Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau”.

¹⁴ G1 RIO. **Juiz dá 24 horas para Facebook retirar posts com informações falsas sobre Marielle**. G1 Globo. Publicado em 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/justica-do-rio-determina-que-facebook- retire-publicacoes-com-informacoes-falsas-sobre-marielle-em-24-horas.ghtml>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

¹⁵ G1 RIO. **Justiça determina que YouTube retire do ar 16 vídeos com ofensas a Marielle Franco**. G1 Globo. Publicado em 22 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/justica-determina-que-youtube- retire-do-ar-16-videos-com-ofensas-a-marielle-franco.ghtml>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

¹⁶ REDAÇÃO. **Facebook tira do ar página ligada ao MBL que divulgou fake News sobre Marielle Franco**. Saiba Mais, Agência de Reportagem. Publicado em 25 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.saibamais.jor.br/facebook-tira-do-ar-pagina-ligada-ao-mbl-que-divulgou-fake-news-sobre-marielle-franco/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

As prisões com relação ao caso só foram iniciadas a partir do dia 30 de maio de 2018, em que policiais da Delegacia de Homicídios da Capital do Rio de Janeiro prenderam Thiago Bruno Mendonça, também conhecido por "Thiago Macaco", que segundo depoimento de um ex-miliciano que seria uma testemunha essencial ao caso, Thiago teria ligação com Orlando de Curicica, que é chefe da milícia da Boiúna e atualmente se encontra preso. Segundo essa fonte, ambos teriam participado do atentado, uma vez que Marielle Franco estaria atrapalhando os negócios da referida milícia.¹⁷

Em 22 de janeiro de 2019, o major da Polícia Militar Ronald Paulo Alves Pereira foi preso por suspeita de ligação ao assassinato¹⁸. Já no dia 12 de março de 2019, dois ex-policiais militares também suspeitos de participação no assassinato foram presos, o sargento reformado da Polícia Militar Ronnie Lessa e Elcio Vieira de Queiroz, que foi expulso da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Conforme denúncia do Ministério Público, Elcio teria sido o motorista do carro utilizado no crime e Ronie o atirador¹⁹.

Rafael Carvalho Guimarães e Eduardo Almeida Nunes, que eram investigados pela clonagem do carro usado no atentado, foram presos no dia 31 de maio de 2019. Ademais, Rodrigo Jorge Ferreira, conhecido como "Ferreirinha", também foi preso por tentar obstruir as investigações do crime²⁰.

1. 1. 1 Demanda no Judiciário

Como brevemente mencionado no subcapítulo anterior, diante da complexa repercussão que as notícias inverídicas a respeito da vereadora, a irmã e a companheira de Marielle Franco

¹⁷ **Preso acusado de participar do assassinato de Marielle é filiado ao DEM.** Correio Braziliense Brasil. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/12/interna-brasil,742424/preso-acusado-de-participar-do-assassinato-de-marielle-e-filiado-ao-de.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

¹⁸ TORRES, Ana Carolina; SOARES, Rafael. **Major preso por suspeita de envolvimento na morte de Marielle Franco será julgado por chacina na Baixada.** Extra, Globo. Publicado em 22 jan. 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/major-preso-por-suspeita-de-envolvimento-na-morte-de-marielle-franco-sera-julgado-por-chacina-na-baixada-23391340.html>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

¹⁹ GAZETA DO POVO COM FOLHAPRESS. **PM e ex-PM são presos por suspeita de executar Marielle Franco.** Gazeta do Povo. Publicado em 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/pm-e-ex-pm-sao-presos-por-suspeita-de-executar-marielle-franco-288ur7xq62727xe2jlqzx9c4d/>>. Acesso em 16 mar. 2019.

²⁰ BOTTARI, Elenilce. **Presos dois investigados pela clonagem do carro usado para matar Marielle Franco.** O Globo. Publicado em 31 mai. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/presos-dois-investigados-pela-clonagem-do-carro-usado-para-matar-marielle-franco-23708813>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

decidiram propor ação judicial com o objetivo de obter a retirada dos conteúdos inverídicos acerca da política.

Sob esse contexto poderia ser abarcado considerações em relação ao fato de direito ao esquecimento, por exemplo, por se tratar de uma pessoa que não possui mais vida, mas necessita de proteção à sua imagem. Contudo, salienta-se que esse não é o foco da presente pesquisa, o objetivo do presente estudo é discutir sobre os mecanismos de proteção brasileiros nos casos de criminalizações pautadas em notícias falsas.

Dando continuidade à discussão e apresentação das demandas judiciais propostas, faz-se relevante mencionar que foram instaurados dois processos, ambos no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), um contra a sociedade *Google Internet Brasil LTDA*.²¹, e outro contra a sociedade *Facebook Serviços Online do Brasil LTDA*.²², em que foi solicitada a retirada de todo o conteúdo falso encontrado no domínio de atuação de cada uma das sociedades.

Contra o *Facebook*, a família de Marielle como parte autora pediu nos autos uma determinação para que o provedor: não permitisse tanto a publicação quanto a republicação e o compartilhamento de conteúdos criminosos, notavelmente inverídicos e vulneráveis à dignidade de Marielle Franco, sendo dispensável notificação para tanto, ou seja, fosse retirado imediatamente²³; bem como que parte ré identificasse os perfis falsos autores das notícias falsas, e os que assim fossem, fossem excluídos.

Com base no artigo 19 do Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014²⁴, em sede de decisão, foi deferida a abstenção da parte ré de publicar qualquer conteúdo atentatório a dignidade de Marielle, dando o prazo de 24h para a retirada do conteúdo ofensivo. Salienta-se que esse prazo não é previsto na referida Lei, no entanto é um prazo comum estabelecido em julgados de casos semelhantes, como vai ser melhor abordado futuramente no presente estudo no subcapítulo que fala sobre o Marco Civil.

²¹ Autos nº 0066013-46.2018.8.19.0001, que tramitava na 47ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

²² Autos nº 0070926-71.2018.8.19.0001, que tramitava na 15ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

²³ Página 22, dos autos nº 0070926-71.2018.8.19.0001, que tramitava na 15ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

²⁴ Esse artigo será melhor aprofundado posteriormente no subcapítulo que fala sobre o Marco Civil da *Internet*.

No outro processo as autoras requereram que o *Google*, através do *YouTube*, deixasse de publicar e compartilhar vídeos com conteúdos criminosos e que violassem o direito da personalidade de Marielle Franco, com base no fundamento de que o *Google* possui habilidade técnica para controlar suas publicações com conteúdos atentatórios a dignidade das pessoas, como por exemplo, por meio de exame e filtragem de dados.

Por outro lado, também foi requerida a responsabilidade do provedor, visto que deveria ter feito a retirada do conteúdo em toda sua plataforma abrangendo até mesmo outros países. Sobretudo pelo motivo de que não tinham autorização para a publicação de vídeos que continham incitações ao ódio em relação à sua imagem. O Juízo determinou a retirada de novos conteúdos trazidos pela autora pelo prazo de 72h, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$1.000,00 (mil reais).

Após a retirada imediata dos conteúdos falsos, por meio não apenas do oferecimento *links* apresentados pelas autoras, como também a indicação do IP dos autores das notícias, estabeleceu-se o entendimento que, a partir da análise das condutas da ré diante do caso, a parte ré não se configurou como responsabilizada, apenas foi-lhe condená-la retirar definitivamente os conteúdos, sob pena de multa. Posteriormente, devido à sucumbência na maioria dos pedidos das rés, as condenou em honorários de sucumbência.

Decidiu-se também que o Marco Civil na Internet bem como a jurisprudência do STJ são pacíficos em relação ao controle *a posteriori* do que é compartilhado nas redes sociais. Assim sendo, só pode haver responsabilização do provedor nos casos em que, após a notificação do poder judiciário, este permanece inerte, conforme já indicado anteriormente.

Posteriormente, as autoras propuseram apelação de nº 0066013-46.2018.8.19.0001, que tramita na 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em face da decisão, requerendo sua reforma em relação à identificação dos usuários, uma vez que a magistrada do juízo *a quo* entendeu que não seria necessária determinação judicial para tal requerimento.

A juíza baseou sua decisão na possibilidade de consulta ao *site*

<https://registro.br/2/whois>²⁵, em que as autoras poderiam ter acesso às informações dos usuários a partir do IP fornecido pela parte ré.

Segundo as autoras, a consulta por meio desse *site* seria inviável para qualquer pessoa, mas tão somente para empresas telefônicas, acarretando assim, na possibilidade de apenas poder fazer tais identificações através de expedição de ofício a tais empresas. Em sede de contrarrazões ao recurso interposto, o *Google* disse que não se obstaria à expedição de ofício aos provedores.

No presente momento o julgamento do recurso está suspenso devido ao pedido de vista do 3º vogal. Já o relator votou no sentido de negar provimento, juntamente com o 2º vogal. O 1º vogal, no entanto, entende por dar provimento.

1. 2 Problematização e Importância de Meios de Proteção à Luz da Constituição

Diante do relato sobre o caso Marielle Franco, não se pode negar que a elaboração e propagação de *fake news* podem influenciar fortemente na imagem pública de uma pessoa, causando uma criminalização injusta e pautada em inveracidades. Sobretudo tendo em conta que Marielle além de representar um indivíduo que deveria usufruir inteiramente de seus direitos e garantias como pessoa humana, também era política e uma representante de ideias e direitos minoritários.

Um dos grandes temas acerca da origem e difusão de *fake news* é a existência de conflito entre princípios constitucionais. No entanto, não se pode esquecer que há a possibilidade da ponderação de princípios para solucionar tal impasse, que deve ser feito caso a caso.

Cabe não apenas às instituições competentes, por meio de regulamentações e políticas públicas, mas também a sociedade como um todo, com o fim de reprimir tal conduta, porém sempre preservando as garantias da liberdade de imprensa e livre manifestação do

²⁵ “O Registro.br é o departamento do NIC.br responsável pelas atividades de registro e manutenção dos nomes de domínios que usam o .br. Também executamos o serviço de distribuição de endereços IPv4 e IPv6 e de números de Sistemas Autônomos (ASN) no país”. **Sobre o Registro.br**. Disponível em: <<https://registro.br/quem-somos/>>. Acesso em 16 mar. 2019.

pensamento, princípios fundamentais constitucionais estabelecidos no artigo 5º, incisos IV²⁶ e artigo 220, *caput* e §§1ª e 2º²⁷, da Constituição vigente.

É manifesto o entendimento no que diz respeito às normas constitucionais estarem situadas no mesmo nível hierárquico no ordenamento jurídico brasileiro. No entanto, tendo em vista sua vital relevância para a Constituição da República, alguns princípios recebem uma atenção diferenciada em comparação com os demais, que segundo a doutrina, são conhecidos como princípios sensíveis²⁸.

Nesse conjunto, está presente o princípio democrático, consubstanciado no artigo 34, inciso VII, alínea “a”, e artigo 1º, *caput*, da Constituição da República, que, segundo Alexandre de Moraes:

*O princípio democrático – consagrado no artigo 1º de nossa atual Constituição Republicana – exprime fundamentalmente a exigência da integral participação de todos e de cada uma das pessoas na vida política do país, a fim de garantir o respeito à soberania popular. Essa participação se dará, em regra, pela via representativa, ou seja, pelo Congresso Nacional*²⁹.

Tal princípio consiste em um valor basilar constitucional que dá fundamento de validade a todas as outras normas do nosso ordenamento jurídico pátrio, sobre tudo da Constituição da República, principalmente com relação ao enfoque da ideia de que “*todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*”, nos termos do artigo 1º, parágrafo único, da Constituição da República.

²⁶ Artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: IV - é livre a **manifestação do pensamento**, sendo vedado o anonimato”. (Grifos acrescentados).

²⁷ Artigo 220, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

²⁸ TAVARES, André Ramos Tavares. **Princípios Constitucionais**. Tratado de Direito Constitucional. Coordenação: SILVA MARTINS, Ives Gandra da; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do Nascimento. Vol. 1. Editora Saraiva, 2.ª Edição, 2012, p. 420/421 do PDF. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/1/art20170126-02.pdf>>.

²⁹ DE MORAES, Alexandre. **Poder Legislativo**. Coordenação: SILVA MARTINS, Ives Gandra da; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do Nascimento. Vol. 1. Editora Saraiva, 2.ª Edição, 2012, p. 903 do PDF. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/1/art20170126-02.pdf>>.

Sob esse viés, faz-se essencial ressaltar os princípios previstos no artigo 5º da Constituição vigente, que configuram as garantias de liberdade de manifestação do pensamento, prevista no inciso IV e V³⁰; liberdade de comunicação; consubstanciada nos incisos IX e X³¹; bem como a da liberdade de informação, nos termos dos incisos XIV e XXXIII³².

Não obstante, é importante mencionar a impossibilidade de uma norma constitucional ter como objeto uma restrição à manifestação de pensamento, a criação, a expressão e a informação, e tampouco nenhuma lei poderá acabar com a plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, não sendo possível de forma expressa a censura de natureza política, ideológica e artística prevista no artigo 220, *caput*, §§1º e 2º, da Constituição da República.

Porém, os direitos e garantias previstos na Constituição da República não são absolutos, uma vez que, diante de abusos praticados no sentido de violar as liberdades de imprensa e manifestação do pensamento, deve haver mecanismos processuais capazes de solucionar esses casos, o que podemos notar com base na vedação ao anonimato, prevista no artigo 5º, inciso IV, bem como a preservação do direito de resposta e indenização nos termos do artigo 5º, inciso V, ambos os presentes na Constituição vigente e já mencionados anteriormente.

Esses direitos e garantias constitucionais além de serem normas com base em sua vital pertinência em relação ao significado de Estado Democrático de Direito, necessitam ser apreciados em todo caso, de acordo com a força que é atribuída a essas normas em determinado caso concreto³³.

³⁰ Artigo 5º, da Constituição da República, em seus incisos: “IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”.

³¹ Artigo 5º, da Constituição da República, em seus incisos: IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

³² Artigo 5º, da Constituição da República, em seus incisos: XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

³³ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. Ed. Saraiva, 2.^a Ed., 2010. Livro em PDF. p. 191 do PDF. Disponível em: <<https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/2680-Curso-de-Direito-Constitucional-Contemporaneo-Luis-Roberto-Barroso-2017.pdf>>.

Considerando esse enredo no qual estão presentes os direitos e garantias supracitados, encaixam-se a criação e a veiculação das fake news, sobretudo nas hipóteses em que não há configuração de ofensa imediata. Assim, em primeiro plano essa conduta ilícita de criar e propagar uma notícia falsa estaria protegida pelas garantias relacionadas à livre manifestação, bem como à liberdade de imprensa e de opinião.

Portanto, caberia ao intérprete realizar uma ponderação dos princípios e fatos constatados no caso concreto, dando observância ao princípio da proporcionalidade como um mecanismo apto a fazer jus a uma ponderação entre princípios constitucionais que se encontram em oposição. Sob essa temática no que diz respeito à colisão de normas constitucionais, Barroso discorre que:

A existência de colisões de normas constitucionais leva à necessidade de ponderação. A subsunção, por óbvio, não é capaz de resolver o problema, por não ser possível enquadrar o mesmo fato em normas antagônicas. Tampouco podem ser úteis os critérios tradicionais de solução de conflitos normativos - hierárquico, cronológico e da especialização - quando a colisão se dá entre disposições da Constituição originária. Esses são os casos difíceis, assim chamados por comportarem, em tese, mais de uma solução possível e razoável. Nesse cenário, a ponderação de normas, bens ou valores (v. infra) é a técnica a ser utilizada pelo intérprete, por via da qual ele (i) fará concessões recíprocas, procurando preservar o máximo possível de cada um dos interesses em disputa ou, no limite, (ii) procederá à escolha do bem ou direito que irá prevalecer em concreto, por realizar mais adequadamente a vontade constitucional. Conceito-chave na matéria é o princípio instrumental da razoabilidade.³⁴

Ademais, perante essa temática, pode-se fazer menção que nem sempre uma fake new pode ser criada com uma finalidade proposital de ser falsa, podendo ter um objetivo de ser uma ironia, ou até mesmo uma sátira, diferentemente daquele conteúdo que foi originado com o intuito de causar danos a uma pessoa ou um grupo de pessoas.

Sob o contexto histórico que a sociedade vive atualmente, é de grande importância sinalizar a instrumentalização das *fake news* no sentido de frear e até mesmo deslegitimar lutas por direitos humanos, especialmente tendo em vista a sua capacidade de disseminação mais célere por meio das redes sociais.

Por esse motivo, muitas instituições brasileiras estão estudando meios de defesa

³⁴ Ibidem p. 191.

objetivando combater esses conteúdos falsos que influenciam não somente na imagem da vítima de caso de notícias falsas, como também uma imputação de crimes que nem se quer aconteceram.

Nesse contexto, como exemplo de instrumento de proteção a casos de notícias falsas, contudo no meio político, pode-se mencionar a formação de um grupo que trabalha junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Procuradoria Geral da República (PGR), criado pela Polícia Federal com o intuito de controlar e impedir a propagação de notícias falsas nas eleições de 2018³⁵.

Outro exemplo importante que se deve fazer menção foi a criação do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições pela Presidência do TSE³⁶. Segundo o *site* do TSE, ele foi feito para se discutir quais providências deveriam ser feitas para a coibição da aplicação e disseminação de fake news no período do pleito eleitoral³⁷.

Como bem mencionado pela notícia do TSE³⁸, o perigo é concreto e iminente, motivo em que se faz necessário cada vez mais uma mobilização por parte da população, mediante não somente políticas públicas como também mecanismos efetivos que auxiliem a frear a propagação de conteúdos falsos na *internet*.

Outros grandes exemplos que podem ser mencionados são a Lei da Imprensa e o Marco Civil da Internet, estes situados no âmbito civil, bem como projetos de lei apresentados no Congresso Nacional objetivando criminalizar a conduta de disseminação de notícias falsas na esfera penal. Vale mencionar que as referidas temáticas serão abordadas futuramente, objetivando fazer uma análise específica pelos dispositivos legais presentes no âmbito civil, eleitoral e penal a respeito do tema.

Deste modo, diante do presente contexto, a análise do processo de criminalização e os

³⁵ VALENTE, Rubens. **PF cria grupo para auxiliar órgãos no combate às 'fake news' nas eleições**. Folha de S. Paulo. Publicado em 04 jan. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1947872-pf-cria-grupo-para-auxiliar-outros-orgaos-no-combate-as-fake-news.shtml>>. Acesso em 09 jun. 2018.

³⁶ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, Coordenadoria de Jurisprudência. **Portaria n.º 949, de 07 de dezembro de 2017**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/prt/2017/PRT09492017.html>>. Acesso em 16 mar. 2019.

³⁷ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Conselho Consultivo reúne-se no TSE na segunda (15) para discutir fake news e eleições**. Publicado em 12 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Janeiro/conselho-consultivo-reune-se-no-tse-na-segunda-15-para-discutir-fake-news-e-eleicoes>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

³⁸ Cf. nota de rodapé nº 16.

meios de proteção em casos de fake news nas redes sociais se manifesta como essencial, não somente na área acadêmica, como também no meio social externo a academia, para promover o debate e proporcionar conteúdo para possíveis discussões futuras em relação à temática envolvendo representantes políticos e defensores de direitos humanos.

CAPÍTULO 2

MARCO TEÓRICO

Um estudo contemporâneo sobre o sistema de proteção brasileiro direcionado a processos de criminalizações nas redes sociais voltados aos casos de *fake news* necessita de um olhar crítico e amplo que englobe uma quantidade significativa de aspectos, definições e institutos que sirvam para auxiliar na análise acadêmica do caso concreto escolhido, objeto da presente monografia.

Deste modo, a criminologia como fonte de estudo sobre a questão em análise se justifica por ser uma ciência fornecedora de inúmeros detalhes sobre a criminalização, uma vez que explora o assunto de maneira mais completa que a dogmática jurídico-penal no que diz respeito a particularidades internas presentes no indivíduo criminalizado.

Diante disso, faz-se necessário o esclarecimento de alguns conceitos intrínsecos a temática em voga. Assim sendo, o presente capítulo visa objetivamente: (i) conceituar o que seria *fake news* e seu procedimento de identificação; (ii) realizar a concepção de crime, criminoso, vítima e processo de criminalização, a partir dos autores de criminologia que definem esses conceitos com mais precisão.

2. 1 Conceito de *Fake News*

A produção e o consumo de “notícias falsas”, bem como a falta de controle da veracidade destas são uma grande ameaça à sociedade como um todo. É certo que a propagação da desinformação não é um fenômeno novo na história da comunicação, mas as atuais tecnologias digitais, caracterizadas pela velocidade inigualável de sua divulgação, tendem a popularizar ainda mais as denominadas *fake news*.

A era digital proporcionou a todos uma maior facilidade de acesso à informação por meio de computadores, celulares, *Internet*, dentre outras tecnologias que surgiram mediante o avanço das ciências eletrônicas. No entanto, tal acessibilidade de caráter tão amplo trouxe para a sociedade repercussões e consequências, especialmente no âmbito do direito.

Nesse sentido, foram introduzidas diversas condutas que, utilizando-se da *Internet* para

sua realização, acabam violando direitos de terceiros. Existem ilícitos cometidos no ambiente virtual que são perfeitamente aplicáveis pelo Código Penal brasileiro e legislações extravagantes, uma vez que a *Internet* foi somente o meio de execução escolhido, estando a tipificação perfeita ao ato.

Um exemplo que se identifica diretamente a presente pesquisa são os crimes contra a honra como, por exemplo, de calúnia, ao contar um enredo e tipificar uma conduta criminosa a alguém inveridicamente.

Objetivando conceituar o termo tema do presente capítulo, segundo o Dicionário de Cambridge, pode-se afirmar que a *fake news* consiste em uma informação total ou parcialmente inverídica elaborada com a finalidade de enganar o leitor ou ouvinte, geralmente com o intuito principal de obter alguma vantagem econômica, política ou apenas para chamar atenção de quem a lê ou escuta, logrando sua propagação desenfreada³⁹.

Segundo Tandoc os produtores desses conteúdos falsos possuem principalmente motivações financeiras e ideológicas que se configuram como base para sua elaboração. Para ele são as histórias difamantes e de conteúdo falso que tem mais possibilidades de se tornarem virais. Contudo, há também os provedores de notícias falsas que as produzem objetivando favorecer ideias ou pessoas⁴⁰.

A conjuntura atual formada pela notória rapidez digital, a debilidade da qualidade e controle das informações por partes dos produtores da mídia e notícias, bem como a falta de informação e senso críticos dos consumidores contribuem espantosamente a sua propagação.

Com relação aos problemas das notícias falsas, Bakir e McStay comentam que elas seriam não apenas socialmente, mas também democraticamente problematizadoras em virtude de três apontamentos importantes. O primeiro deles consiste na criação de cidadãos que estariam equivocadamente informados, provocando o segundo levantamento, que por estarem

³⁹ “False stories that appear to be news, spread on the internet or using other media, usually created to influence political views or as a joke: There is concern about the power of fake news to affect election results”. CAMBRIDGE DICTIONARY. **Meaning of fake news in English**. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/fake-news>>. Acesso em 09 jun. 2018.

⁴⁰ TANDOC, E. C.; LIM, Z. W; LING, R. **Defining “Fake News”: A typology of scholarly definitions. Digital Journalism**. 2018. Disponível em: <<http://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>>. Acesso em: 02 de nov. 2018.

nesta situação estariam em chamados “*echochambers*”⁴¹. A terceira e última ideia é que, em consequência, esses indivíduos são emocionalmente hostilizados e ficam indignados tendo em vista o aparecimento de tanto conteúdo falso disponível.⁴²

A prática do uso das redes sociais, como também o entendimento das causas que determinam uma *fake new* ser mais divulgada que outra, estão associadas ao fenômeno chamado viralização, que está intrínseco ao conceito de *media literacy*⁴³.

O referido termo, de acordo com o Grupo Especial de Compreensão de Mídia da União Europeia⁴⁴ consiste em capacidades técnicas, cognitivas, sociais, cívicas e criativas que possibilitam o indivíduo a não somente ter acesso, como obter pensamento crítico sobre uma mídia qualquer a ainda, poder se relacionar com ela⁴⁵.

2. 1. 1. Procedimento de Identificação

Após analisar o conceito do termo *fake new*, faz-se necessária a compreensão de critério de identificação das notícias falsas, com efetiva cautela para não violar os princípios fundamentais consubstanciados nos incisos IV e IX⁴⁶, do artigo 5^a, bem como artigo 220 e seguintes da Constituição da República, intitulados como liberdade de imprensa e de opinião, já comentados anteriormente.

Com base na Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (International Federation of Library Associations and Institutions – IFLA), o procedimento de identificação de uma notícia falsa não é uma tarefa impossível. De acordo com essa

⁴¹ Em português seria chamado de câmaras de eco.

⁴² BAKIR, V.; MCSTAY, A. **Fake News and The Economy of Emotions: Problems, causes, solutions.** *Digital Journalism*. 2018, p. 154–175. Disponível em: <http://doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>. Acesso em: 02 de nov. 2018.

⁴³ Compreensão da mídia.

⁴⁴ Conhecido na língua inglesa como *Media Literacy Group – MLEG*.

⁴⁵ Mapping of media literacy practices and actions in EU-28, European Audiovisual Observatory, Estrasburgo, 2016; documento original em PDF, p. 1 (p. 4 do PDF). Disponível em: <https://rm.coe.int/1680783500>. Apud CARVALHO, Gustavo Arthur Coelho Lobo; KANFFER, Gustavo Guilherme Bezerra. **O Tratamento Jurídico das Notícias Falsas (fakes news)**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/tratamento-juridico-noticias-falsas.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

⁴⁶ Artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)IV - é livre a **manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato**; (...) IX - é **livre a expressão** da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. (Grifos acrescidos).

instituição deve-se ter em mente as seguintes observações: (i) considerar a fonte, uma notícia falsa geralmente não é divulgada por portais de mídia notavelmente conhecidos, assim, é importante investigar o nome do *site*; (ii) ler mais, pois muitas vezes os títulos para chamarem atenção induzem a pessoa a erro, deve-se ler a notícia por completo; (iii) verificar e investigar o autor para saber se ele é confiável; (iv) investigar fontes de apoio, verificar se a notícia só existe naquela fonte; (v) verificar a data; (vi) averiguar se é uma piada ou sátira; (vi) avaliar se trata-se de preconceito; (viii) consultar especialista como um bibliotecário ou um *site* de verificação gratuito *online*⁴⁷.

Em consonância às observações indicadas no parágrafo anterior, nota-se a indispensabilidade de uma fiscalização no conteúdo que está presente na mídia digital, não apenas de maneira pessoal no que diz respeito ao produtor e ao consumidor da notícia, bem como das autoridades competentes para prevenirem e combaterem *fake news*, de modo a notificar os consumidores de notícias com conteúdo falso.

Sob essa perspectiva, considerando as referidas peculiaridades dos conteúdos inverídicos presentes no meio cibernético, torna-se mais que dever a exigibilidade de maior atenção por parte dos produtores e consumidores da mídia virtual, como também, em relação às autoridades, o dever de possibilitar mecanismos que controlem a propagação de fake news e responsabilizem seus autores.

2. 2 Conceito de Crime

O crime pode ser material ou formal. Será material se for consumado por meio de um resultado naturalístico, como a morte no caso de crime de homicídio. No caso do crime formal, diferentemente no anterior, não lhe é exigido a produção do resultado para ocorrer a consumação do crime, ela poderá ocorrer ou não. Segundo Luiz Flávio Gomes⁴⁸:

Para se praticar um crime, formalmente, o agente precisa realizar a conduta descrita na lei pelo legislador, violando desse modo a correspondente norma penal. (...) O conceito formal de delito está vinculado ao princípio da legalidade ('nullum

⁴⁷ MENEZHINI, Tatiani. **Como as bibliotecas podem ajudar a encontrar soluções reais para combater as notícias falsas?** Biblio Cultura Informacional. Publicado em 30 mai. 2018. Disponível em: <<http://biblio.cartacapital.com.br/como-as-bibliotecas-podem-ajudar-a-encontrar-solucoes-reais-para-as-noticias-falsas/>>. Acesso em 11 jun. 2018.

⁴⁸ GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antônio García-Pablos de; CUNHA, Rogério Sanches. **Direito Penal : parte geral**. 2 Ed. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 126

crimen nulla poena sine lege’)”.

(...)

Conceito material de crime: o mais difundido conceito material de crime é o que o enfoca como fato ofensivo (grave) desvalioso a bens jurídicos muito relevantes. Ele realça seu aspecto danoso (sua danosidade social) e o descreve como lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico. Crime, portanto, seria, o fato humano lesivo ou perigoso (ofensivo) a um interesse relevante.

O conceito analítico de crime é dividido em duas vertentes: o bipartido e o tripartido. Os autores da teoria bipartida, a exemplo de Fernando Capez, entendem que “a culpabilidade não integra o conceito de crime”, nesse sentido o crime seria apenas um fato típico e antijurídico, sendo a culpabilidade responsável somente pela dosimetria da pena⁴⁹.

Já segundo a teoria tripartida, crime é o fato típico, antijurídico e culpável. Logo, o crime cometido precisa conter o três requisitos para que seja aplicada uma penalidade ao indivíduo que realizou a conduta típica.

A tipicidade é constituída a partir dos elementos conduta, tipicidade, nexos causal e resultado. A antijuridicidade é declarada como a relação de contrariedade entre o fato e a tipo penal, e no direito penal brasileiro, as excludentes da antijuridicidade são a legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal.

A culpabilidade está relacionada com a reprovabilidade pela consumação de uma ação ou omissão típica e ilícita. Contudo, mesmo que o fato do caso concreto seja qualificado como típico e antijurídico, o papel da pena a ser cumprida pelo transgressor, conforme o direito penal brasileiro dependerá da imputabilidade do agente, de que no momento conduta o agente tenha tido a potencial consciência da ilicitude de seu ato, e ainda, que na circunstância tenha existido a possibilidade de agir para evitar o fato punível.

O crime na área digital possui, em alguns aspectos, um caráter diferenciado dos, pode-se dizer, “crimes tradicionais”. Um fator muito relevante é que os crimes cometidos por meio de computadores não possuem limites físicos ou temporais como crime tradicional normalmente possui.

⁴⁹ CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte geral**. Vol.1, 15ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011, p.134.

Em relação aos crimes contra honra, por exemplo, seja ela calúnia⁵⁰, difamação⁵¹ ou injúria⁵², o ofensor terá um número limitado de pessoas para propagar sua mensagem inverídica se esta é se realiza no mundo real. Contudo, em relação ao número de computadores que terão acesso a uma notícia inverídica divulgada no meio digital, a quantidade de acessos atingidos pode ser astronômico.

Nesse passo, o dano em seu aspecto ligado à quantidade de pessoas que terão acesso a essa *fake new* é maior que o dano de produzido por notícias falsas usando apenas sua voz como meio propagador deste conteúdo. Um crime contra a honra de uma pessoa pode ser iniciado em um bairro, cidade ou País, e posteriormente atingir o mundo inteiro.

2. 3 Conceito de Criminoso

Segundo Augusto Thompson a definição formal do termo criminoso é “*o indivíduo condenado pela justiça - sobretudo se for recolhido à prisão, fazendo jus, dessa maneira, ao rótulo de delinquente por parte do grupo social*”⁵³. Depois, ampliando um pouco esse conceito inicial, afirma que seria:

*a) o indivíduo que age em contradição com a lei penal; e b) sofre condenação oficial. A omissão no termo b elimina a concreticidade da definição, conduzindo a um conceito ideal de criminoso, válido apenas no mundo das abstrações metafísicas*⁵⁴.

Assim sendo, pode-se afirmar que criminoso é um indivíduo que viola um tipo penal de forma injustificável e reprovável, cometendo, assim, um crime. A punição aplicada a um criminoso segundo o sistema penal brasileiro tem caráter corretivo, intenção de reeducar o

⁵⁰ Artigo 138 do Código Penal: “Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa. § 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga. § 2º - É punível a calúnia contra os mortos”.

⁵¹ Artigo 139, do Código Penal: “Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa”.

⁵² Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. § 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena: I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria; II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria. § 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência. § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa.

⁵³ THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos. Crime e Criminoso: Entes Políticos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p.3.

⁵⁴ Ibidem, p.127.

indivíduo para que não volte a cometer delito, ou objetivando-o desincentivar outras pessoas a cometerem tipos penais.

O fato mais relevante nessas definições, principalmente para a presente pesquisa acadêmica, é o impacto negativo sofrido pela vítima que sofre o rótulo de criminoso, uma vez que na prática a criminalização de um indivíduo seja ele culpado ou não, provoca consequências extremamente gravosas não apenas à pessoa criminalizada, como também a família, amigos e conhecidos, afetando tanto financeiramente e como psicologicamente.

2. 4 Conceito de Vítima

Segundo a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, adotada pela Resolução nº 40/34, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 29 de novembro de 1985:

A necessidade de adoção de medidas, tanto em nível nacional como internacional, para garantir o reconhecimento dos direitos das vítimas da criminalidade e de abuso de poder, sem que disto decorra prejuízo aos direitos dos suspeitos ou dos delinquentes⁵⁵.

Sendo assim, a vítima é caracterizada por ser aquele indivíduo que experimenta os efeitos do dano provocado da conduta desvirtuante. Seguindo o entendimento da resolução supracitada, o conceito de vítima pode ser apresentado como:

Vítimas significa as pessoas que, individual ou coletivamente, sofreram danos, incluindo lesões físicas ou mentais, sofrimento emocional, perdas econômicas ou danos substanciais dos seus direitos fundamentais, através de atos ou omissões que violem as leis criminais vigentes nos Estados-Membros, incluindo as leis que proíbem o abuso criminal de poder⁵⁶.

Os referidos conceitos doutrinários trazem definições de uma vítima que não é

⁵⁵ COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. **Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder**. <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPrincBasJustVitCriAbuPod.html>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁵⁶ COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA USP. **Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder – 1985**. Universidade de São Paulo – USP, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, Concepção do projeto da Biblioteca Virtual: Professora Maria Luiza Marcílio. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contra-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/declaracao-dos-principios-basicos-de-justica-relativos-as-vitimas-da-criminalidade-e-de-abuso-de-poder.html>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.

criminalizada, diferentemente da vítima de uma notícia falsa que, dependendo do conteúdo, sua qualificação como vítima ou como criminosa, sendo confundida injustamente, causando uma soma de danos, uma vez que sofre como vítima e “criminosa” por causa de um rótulo injusto de uma análise superficial e inadequada.

2. 5 Processo de Criminalização

Em relação às demais terminologias voltadas ao processo de criminalização, para uma melhor precisão a respeito de seus conceitos, serão utilizadas definições doutrinárias e algumas distinções entre elas. Assim, inicialmente, necessita-se esclarecer a diferença entre criminalidade e criminalização. A criminalidade consiste na prática de condutas tipificadas em lei como delituosas, atitudes que são contrárias aos valores e regras sociais da realidade de uma determinada sociedade.

Por outro lado, a criminalização, que é objeto da presente pesquisa, corresponde ao processo de percepção do indivíduo como criminoso a partir do momento em que pratica um ato considerado desvirtuado. Nesse sentido, essa pessoa dita como “criminosa” começa a ser reconhecida como o “mal” da sociedade, fazendo com que a rotule como criminosa devendo, por esse motivo, ser punida pelo sistema penal. Essa seleção pode ser exercida tanto pelo sistema penal como pela própria sociedade.⁵⁷

Uma vez esclarecidas estas distinções, passa-se a analisar os diferentes tipos da criminalização: primária, secundária e terciária. A criminalização primária ocorre a partir do processo legislativo pelo qual se criam as sanções penais, classificando assim, quais condutas são criminosas naquela sociedade⁵⁸.

Por meio da atividade normativa, da atuação do legislador, definindo quais bens jurídicos serão protegidos, as condutas que serão tipificadas como crimes, a qualidade e duração da pena. Esse entendimento está em acordo com a determinação dos conteúdos e dos não-conteúdos da lei penal, que conforme Andrade:

⁵⁷ ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro - Teoria Geral**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. p. 43.

⁵⁸ BISSOLI FILHO, Francisco. **Punição e divisão social: do mito da igualdade à realidade do apartheid social**. In ANDRADE, Vera Regina Pereira de (org.). Verso e reverso do controle penal – (dês) aprisionado a sociedade da cultura punitiva. Homenagem a Alessandro Baratta. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. Vol. II. p. 78.

Quanto aos “conteúdos” do Direito Penal abstrato, esta lógica se revela no direcionamento predominante da criminalização primária para atingir as formas de desvio típicas das classes e grupos socialmente mais débeis e marginalizados. Enquanto é dada a máxima ênfase à criminalização das condutas contrárias às relações de produção (crimes contra o patrimônio individual) e políticas (crime contra o Estado) dominantes e a elas dirigida mais intensamente à ameaça penal; a criminalização de condutas contrárias a bens e valores gerais como a vida, a saúde, a liberdade pessoal e outros tantos não guarda a mesma ênfase e intensidade da ameaça penal dirigida à criminalidade patrimonial e política⁵⁹.

Em relação aos não-conteúdos é aplicada a proteção somente de bens considerados essências por natureza ou pela idoneidade técnica de determinadas matérias em relação às demais, sucedendo assim, a preservação do processo de criminalização primária, que pode ser feita pela omissão do legislador, ou até mesmo pela tipificação. Com relação a esse ponto Baratta explica que⁶⁰:

(...) a seleção criminalizadora ocorre já mediante a diversa formulação técnica dos tipos penais e a espécie de conexão que eles determinam com o mecanismo das agravantes e das atenuantes (é difícil, como se sabe, que se realize um furto não “agravado”). As malhas dos tipos são, em geral, mais sutis do que no caso dos delitos próprios das classes sociais mais baixas do que no caso dos delitos de “colarinho branco”. Estes delitos, também do ponto de vista da previsão abstrata, têm uma maior possibilidade de permanecerem imunes.

A criminalização secundária, de acordo com Bissolhi Filho, corresponde à ação punitiva do Estado aos crimes que foram identificados em decorrência do processo legislativo realizado na criminalização primária. Nesse sentido, a secundária é exercida pelas agências do sistema penal, englobando a polícia, juízes, promotores e funcionários da execução penal⁶⁰.

Ela opera de modo que a lei não pode assegurar totalmente sem falhas o seu próprio cumprimento, possibilitando assim à criação de normas, princípios e atitudes subjetivas do intérprete quando lhe causar alguma falta de clareza, para fundamentar, fortificar e aclarar a aplicação do tipo penal e a pena mais adequada e proporcional ao indivíduo.

Dessa forma, a determinação de certa conduta qualificada como desviada não se

⁵⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 2ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 279.

⁶⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 6ª Ed. Rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, Vol. I, p. 63-64.

resolve precisamente no momento em que a lei é feita. Nesse sentido, Andrade menciona que⁹³:

(...) a lei penal configura tão-só um marco abstrato de decisão, no qual os agentes do controle social formal desfrutam ampla margem de discricionariedade na seleção que efetuam, desenvolvendo uma atividade criadora proporcionada pelo caráter “definitorial” da criminalidade. Nada mais errôneo que supor (como faz a Dogmática Penal) que, detectando um comportamento delitivo, seu autor resultará automática e inevitavelmente etiquetado. Pois, entre a seleção abstrata, potencial e provisória operada pela lei penal e a seleção efetiva e definitiva operada pelas instâncias de criminalização secundária, medeia um complexo e dinâmico processo de refração.

Assim, como mencionado anteriormente, a autoridade policial, policiais, o membro do ministério público e o juízes, como operadores da criminalização secundária, que deverão agir conforme a lei de acordos com suas respectivas atribuições e competências. Cada um terá seu papel, seja de investigar, acusar ou sentenciar. Sob esse aspecto Baratta menciona o seguinte:

Os processos de criminalização secundária acentuam o caráter seletivo do sistema penal abstrato. Têm sido estudados os preconceitos e os estereótipos que guiam a ação tanto dos órgãos investigadores como dos órgãos judicantes, e que os levam, portanto, assim ocorre no caso do professor dos erros nas tarefas escolares, a procurar a verdadeira criminalidade principalmente naqueles estratos sociais dos quais é normal esperá-la.

Por fim, a chamada criminalização terciária ocorre a partir do momento em que o sujeito é reconhecido e identificado como criminoso. Nesse sentido, segundo Fernanda Araujo:

Na criminalização terciária o foco do estudo são as consequências negativas do contato do sujeito com as agências criminalizantes, uma vez que se enfatizam as mudanças que a experiência pode provocar nele, em sua autopercepção, e em sua forma de encarar a sociedade⁶¹.

Sendo assim, como mencionado por Fernanda Araujo, o rótulo sofrido pelo indivíduo pode provocar consequências devastadoras. Após passar por todo esse processo

⁶¹ ARAUJO, Fernanda Carolina de. **A teoria criminológica do labelling approach e as medidas socioeducativas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.2.2010.tde-06072011-111256. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-06072011-111256/pt-br.php>>. Acesso em: 09 de jun. de 2018, p. 127.

de criminalização, a interação do indivíduo na sociedade se torna bem mais delicada e difícil.

A complexidade de encontrar ou permanecer em um emprego, ou fazer novas amizades ou continuar com as antigas é um fato altamente complicado. E, ainda, a situação por muitas vezes vem posteriormente a refletir na vida financeira desta pessoa, uma vez que com a falta de oportunidade de trabalho não é possível obter uma renda.

Na maioria dos casos a sociedade rotula determinados indivíduos normalmente desfavorecidos e pertencentes a grupos subrepresentados como, por exemplo, negros e pobres. Em vista disso, a teoria do etiquetamento busca evidenciar a importância que a reação social tem para o delito, ou seja, como os rótulos e estereótipos influenciam na sociedade.

No caso das *fakes news*, a imputação de práticas criminosas inverídicas possibilita a ocorrência de um rótulo inverídico, injusto e prévio à vítima, antes mesmo de uma decisão estatal legítima, violando o princípio da presunção da inocência, tendo em vista a possibilidade de atravessamento das fases de criminalização.

Após a breve exposição das três fases da criminalização, não há dúvidas que a temática da presente pesquisa consiste em analisar a criminalização terciária ocorrida nos casos de *fake news*, mais precisamente nas redes sociais virtuais.

No entanto, uma das hipóteses tratadas nesse trabalho, é a de que é possível que, diferentemente do identificado como criminalização primária, secundária e terciária, no caso do processo de criminalização que será estudado, nas redes sociais a terciária se encontra antes da secundária, o que a caracterizaria não somente como prévia, mas também injusta, uma vez que neste caso ocorreria a propagação de fatos que se quer aconteceram, ou que foram distorcidos em partes.

CAPÍTULO 3

SISTEMA DE PROTEÇÃO BRASILEIRO

O ordenamento jurídico brasileiro possui três âmbitos que englobam o sistema de proteção referente a casos de notícias falsas no meio cibernético, portanto há distintos instrumentos processuais disponíveis acessíveis e que podem auxiliar o combate à propagação de *fake news*, que são: civil, eleitoral e penal.

Sob essa contextualização, como a divulgação e veiculação de uma notícia falsa no universo cibernético acontece perante um modelo viral de repetição, não se pode ter dúvidas que o tempo é um elemento crucial para o estudo dessa conduta, que como será observado em diversos dispositivos, sempre haverá um prazo para retirada do conteúdo degradante.

No presente capítulo serão apresentados exemplos de proteção no Brasil que buscam pugnar à difusão de *fakes news* e textos que estimulem a desinformação. No entanto, salienta-se que o objetivo do presente capítulo não consiste em elaborar uma vasta análise das searas do direito civil, eleitoral e penal, mas um estudo objetivo de mecanismos específicos de cada um deles, que tem o intuito de proteger as vítimas de conteúdos ventilados de maneira ilícita e uma criminalização injusta quando lhe for imputado um crime⁶².

Para alimentar e estimular o debate, será feito uma análise legal de cada artigo que fala sobre notícias falsas na Lei da Imprensa e no Marco Civil da *Internet*, no que diz respeito à proteção no âmbito civil.

Após, serão apresentadas os mecanismo de proteção às vítimas de fake news nas esferas eleitoral, em casos que um político, representante do povo esteja no contexto e penal, quando ocorrer uma criminalização.

Por último, será tratado o tema com relação às vítimas que se caracterizam como

⁶² Por esse motivo, como um dos objetivos do presente capítulo consiste na análise dogmática da lei, a maioria dos dispositivos legais que serão apresentados a seguir será exposta por meio de nota de rodapé, objetivando facilitar a análise do teor de cada artigo.

representantes de ideias e defensores de direitos humanos e sofrem imputações falsas.

3. 1 Proteção no Âmbito Cível

3. 1. 1. *Lei da Imprensa*

Como principal e primeiro exemplo de iniciativa brasileira na luta à circulação de notícias falsas pode-se mencionar a Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967⁶³, conhecida como a Lei de Imprensa. No entanto, por meio de decisão proferida pelo Excelso Supremo Tribunal Federal na ADPF 130-7/DF⁶⁴, afastou a eficácia jurídica de alguns artigos da Lei, dentre esses não recepcionados pela Constituição da República vigente estão aqueles que tipificam os crimes de difamação⁶⁵, calúnia⁶⁶ e injúria⁶⁷ cometidos na Imprensa.

No que toca o tema de falsidade de imputação ou notícias falsas, ao ler o texto legal da referida norma, conforme seu artigo 16⁶⁸, a conduta de disseminar notícias inverídicas

⁶³ BRASIL. Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁶⁴ BRASIL. Superior Tribunal Federal. ADPF 130-7/DF. Relator: Ministro Carlos Brito, Tribunal Pleno em 30 abr. 2019. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁶⁵ Artigo 21, da Lei nº 5.250/ 67: “**Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:** Pena: Detenção, de 3 (três) a 18 (dezoito) meses, e multa de 2 (dois) a 10 (dez) salários-mínimos da região. § 1º A exceção da verdade somente se admite: a) se o crime é cometido contra funcionário público, em razão das funções, ou contra órgão ou entidade que exerça funções de autoridade pública; b) se o ofendido permite a prova. § 2º Constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivada por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido pena a que tenha sido condenado em virtude dele”. (Grifos acrescidos).

⁶⁶ Art igo 20, da Lei nº 5.250/ 67: “**Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:** Pena: Detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região. § 1º **Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, reproduz a publicação ou transmissão caluniosa.** § 2º Admite-se a prova da verdade, salvo se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível. § 3º Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos. (Grifos acrescidos).

⁶⁷ Art . 22, da Lei nº 5.250/ 67: “**Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decôro:** Pena: Detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região. Parágrafo único. O juiz pode deixar de aplicar a pena: a) quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria; b) no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria”. (Grifos acrescidos).

⁶⁸ Artigo 16, da Lei nº 5.250/ 67: “**Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados,** que provoquem: I - perturbação da ordem pública ou alarma social; II - desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica; III - prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município; IV - sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro. Pena: De 1 (um) a 6 (seis) meses de detenção, quando se tratar do autor do escrito ou transmissão incriminada, e multa de 5 (cinco) a 10 (dez) salários-mínimos da região. Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e II, se o crime é culposos: Pena: Detenção,

ou adulteradas era criminalizada caso provocassem, alternativamente ou até mesmo cumulativamente: perturbação de ordem pública ou alvoroço social, desconfiança em instituições, prejuízo aos créditos dos entes federados e perturbação na cotação das mercadorias e de títulos imobiliários.

Além da referida tipificação desta conduta de disseminar notícias falsas, a Lei e também estabelece meios de retratação ou retificação. De acordo com a Lei da Imprensa esse feito deveria ser realizado antes do processo judicial, conforme artigo 26⁶⁹.

Em relação à responsabilidade do autor da conduta, conforme artigo 51⁷⁰, da Lei da Imprensa, pode-se observar que “*no caso de publicação ou transmissão de notícia falsa, ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado*”⁷¹, a quantia que deveria ser paga seria bem menor do que “*nos casos de falsa imputação de crime a alguém, ou de imputação de crime verdadeiro, nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade*”⁷².

3. 1. 2 Marco Civil da Internet

Com o decorrer dos anos a utilização da *Internet* se manteve cada vez mais presente

de 1 (um) a (três) meses, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região”. (Grifos acrescidos).

⁶⁹ Artigo 26, da Lei nº 5.250/ 67: “A retratação ou retificação espontânea, expressa e cabal, feita antes de iniciado o procedimento judicial, excluirá a ação penal contra o responsável pelos crimes previstos nos arts. 20 e 22. §1º **A retratação do ofensor, em juízo, reconhecendo, por termo lavrado nos autos, a falsidade da imputação, o eximirá da pena, desde que pague as custas do processo e promova, se assim o desejar o ofendido, dentro de 5 dias e por sua conta, a divulgação da notícia da retratação.** § 2º Nos casos deste artigo e do § 1º, a retratação deve ser feita ou divulgada: a) no mesmo jornal ou periódico, no mesmo local, com os mesmos caracteres e sob a mesma epígrafe; ou b) na mesma estação emissora e no mesmo programa ou horário”. (Grifos acrescidos).

⁷⁰ Artigo 51, da Lei nº 5.250/ 67: “A responsabilidade civil do jornalista profissional que concorre para o dano por negligência, imperícia ou imprudência, é limitada, em cada escrito, transmissão ou notícia: **I - a 2 salários-mínimos da região, no caso de publicação ou transmissão de notícia falsa, ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado (art. 16, ns. II e IV).** II - a cinco salários-mínimos da região, nos casos de publicação ou transmissão que ofenda a dignidade ou decôro de alguém; III - a 10 salários-mínimos da região, nos casos de imputação de fato ofensivo à reputação de alguém; **IV - a 20 salários-mínimos da região, nos casos de falsa imputação de crime a alguém, ou de imputação de crime verdadeiro, nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade (art. 49, § 1º).** Parágrafo único. Consideram-se jornalistas profissionais, para os efeitos deste artigo: a) os jornalistas que mantêm relações de emprêgo com a empresa que explora o meio de informação ou divulgação ou que produz programas de radiodifusão; b) os que, embora sem relação de emprêgo, produzem regularmente artigos ou programas publicados ou transmitidos; c) o redator, o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico, a editor ou produtor de programa e o diretor referido na letra b , nº III, do artigo 9º, do permissionário ou concessionário de serviço de radiodifusão; e o gerente e o diretor da agência noticiosa”. (Grifos acrescidos).

⁷¹ Inciso I, do artigo 51, da Lei nº 5.250/ 67.

⁷² Inciso IV, do artigo 51, da Lei nº 5.250/ 67.

no dia a dia das pessoas, deixando o internauta⁷³ mais vulnerável diante de uma maior exposição, bem como a facilidade na divulgação de notícias. Haja vista a ausência de legislação específica para tutelar os usuários da *Internet*, bem como a responsabilização àqueles autores de condutas ilícitas nesse meio, o Código Penal, Código Civil e o Código do Consumidor já não estavam logrando estabelecer com eficiência os casos envolvidos sob este universo virtual.

A partir dessa necessidade latente de uma legislação específica, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014⁷⁴, conhecida como Marco Civil da *Internet*, foi criada para estabelecer direitos, princípios, garantias e deveres para o exercício da *Internet* no território brasileiro.

Sua criação foi pautada por meio de um espírito democrático objetivando a participação e a colaboração de todos aqueles que vivenciam e utilizam essa rede por meio de audiências públicas realizadas em diversos estados do Brasil.

A lei foi feita por meio de duas etapas em que a primeira consistiu no debate e produção de um esboço do projeto e a segunda no envio ao Congresso Nacional para, após, a apreciação dos órgãos públicos⁷⁵.

Segundo Carlos Affonso Souza e Ronald Lemos, o Marco Civil da *Internet* é regido por três pilares fundamentais para serem considerados quando se estiver diante de um caso que necessite de seu amparo, são eles: neutralidade, liberdade de expressão e privacidade⁷⁶.

Pilares que podem ser observados não apenas nos princípios expressos no artigo 3º⁷⁷, da Lei, como também aqueles previstos no ordenamento jurídico brasileiro que

⁷³ Termo no sentido de usuário da rede internacional *Internet*, aquele que utiliza a *Internet*.

⁷⁴ BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁷⁵ DE TEFFÉ, Chiara Antonia Spadaccini. **A Responsabilidade Civil do Provedor de Aplicações de Internet pelos Danos decorrentes do Conteúdo gerado por Terceiros, de acordo com o Marco Civil da Internet**. Belo Horizonte, ano 4, n. 10, set. / dez. 2015, p.4.

⁷⁶ SOUZA, Carlos Affonso; LEMOS, Ronaldo. **Marco Civil da Internet: Construção e Aplicação**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2016, p.38.

⁷⁷ Artigo 3º, da Lei nº 12.965/04: “A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios: I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal; II - proteção da privacidade; III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei; IV - preservação e

tenham relação com a matéria em voga ou nos tratados internacional em que o Brasil seja parte, conforme parágrafo único do referido artigo.

No que toca a respeito da necessidade e relevância de uma neutralidade na *Internet*, ela pode ser observada no inciso IV, do artigo 3º, do Marco Civil. Conforme este inciso deve haver uma garantia de não discriminação dos dados da operadora não apenas por seu conteúdo, como também a partir dos pacotes contratados⁷⁸.

Em relação ao pilar da privacidade, direito fundamental disposto no artigo 5º, inciso X, da Constituição da República, que foi expressamente estabelecido no Marco Civil da Internet em seu artigo 3º, inciso II, pode-se notar que ele possui um papel de tutelar informações privadas e controlar o uso dos dados da pessoa no âmbito virtual localizado na rede internacional de *Internet*.

Contudo, faz-se importante refletir sobre a questão de ponderação em relação a esse princípio, uma ideia dele não se tornar um direito absoluto, objetivando dar ênfase à vedação ao anonimato que pode instrumentalizar a possibilidade de responsabilização de condutas ilícitas feitas no universo cibernético. Como bem menciona Barroso, deve haver um equilíbrio e sopesamento entre os direitos que estão em colisão, analisando o objeto de cada caso concreto de uma maneira individual⁷⁹.

Com respeito às *fake news*, o artigo 19, da Lei do Marco Civil da *Internet*, apresenta essencial norma referente ao combate e à propagação de informações falsas, uma vez que disserta sobre a responsabilidade do provedor de aplicações de Internet por dados derivados de conteúdo gerado por terceiros.

garantia da neutralidade de rede; V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; VII - preservação da natureza participativa da rede; VIII - liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei. Parágrafo único. Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

⁷⁸ SOUZA, Carlos Affonso; LEMOS, Ronaldo. **Marco Civil da Internet: Construção e Aplicação**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2016, p.115-117.

⁷⁹ BARROSO, Luis Roberto. **Colisão entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, Vol. 235, jan. 2004, p. 20. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>>. Acesso em: 16 novembro de 2019.

Segundo o artigo supracitado, o provedor só será responsável, após ordem judicial específica, caso não tome as devidas providências no prazo indicado no mandado⁸⁰, que conforme julgados mais recentes tem-se estabelecido, dependendo das peculiaridades e especificidades do caso concreto, um prazo médio de 48h⁸¹ ou até mesmo 24h⁸².

Todavia, baseando-se no deferimento da tutela de urgência, conforme previsto no §4º⁸³ do artigo 19, do Marco Civil, a jurisprudência mais recente tem entendido que a retirada do conteúdo em questão deverá ocorrer de forma imediata⁸⁴.

O Supremo Tribunal Federal, por meio do RE 1.037.396⁸⁵, recentemente reconheceu a existência de Repercussão Geral na discussão sobre a constitucionalidade do artigo 19, do Marco Civil da *Internet*, com suporte no artigo 5º, inciso II, IV, IX, XIV

⁸⁰ Artigo 19, da Lei nº 12.965/04: “Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o **provedor de aplicações de Internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.** § 1º **A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.** § 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal. § 3º As causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na internet relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade, bem como sobre a indisponibilização desses conteúdos por provedores de aplicações de internet, poderão ser apresentadas perante os juizados especiais. § 4º **O juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º, poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança**”. (Grifos acrescidos).

⁸¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.175.675-RS, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª turma, julgado 09/08/2011, DJe 20/09/2011.

⁸² “Deve o **provedor removê-la preventivamente no prazo de 24 horas**, até que tenha tempo hábil para apreciar a veracidade das alegações do denunciante, de modo a que, confirmando-as, exclua definitivamente o vídeo ou, tendo-as por infundadas, restabeleça o seu livre acesso, sob pena de responder solidariamente com o autor direto do dano em virtude da omissão praticada”. (Grifos acrescidos). BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp. 1.342.640 – SP, Relatora: Min Nancy Andrighi, 3ª turma julgado em 07.02.2017, DJe 14.02.2017.

⁸³ § 4º, do Artigo 19, da Lei nº 12965/14: “**O juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º, poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação**”. (Grifos acrescidos).

⁸⁴ “Ao ser comunicado de que determinada mensagem postada em blog por ele hospedado possui conteúdo potencialmente ilícito ou ofensivo, deve o provedor removê-lo preventivamente no prazo de 24 horas, até que tenha tempo hábil para apreciar a veracidade das alegações do denunciante, de modo a que, confirmando-as, exclua definitivamente o vídeo ou, tendo-as por infundadas, restabeleça o seu livre acesso, sob pena de responder solidariamente com o autor direto do dano em virtude da omissão praticada” (REsp n. 1.406.448/RJ, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 21/10/2013).

⁸⁵ Atualmente foi reconhecida repercussão geral ao RE 1.037.396, o qual versa sobre a constitucionalidade deste artigo. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5160549>. Acesso em 28 Abr. 2019.

e XXXVI⁸⁶, e artigo 220, caput, §§1º e 2º⁸⁷, ambos da Constituição da República.

O relator, Ministro Dias Toffoli, concluiu que não há dúvidas em relação à transcendência e a importância deste artigo, visto que a matéria que trata de questões que abarcam “o alcance das redes sociais e dos provedores de aplicações de internet nos dias atuais, constitui interesse de toda a sociedade brasileira”⁸⁸. Salienta-se que o referido recurso ainda se encontra com julgamento pendente.

3. 2 Proteção no Âmbito Eleitoral

Sob o aspecto eleitoral, deve-se evidenciar a iniciativas para criação de mecanismos de proteção contra as *fake news* por meio das leis que elaboraram precisas reformas em 2015, através da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 e a Lei nº 13.488, de 06 de outubro de 2017, alterando a Lei Eleitoral, Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Com respeito a essas alterações, a partir da lei supracitada do ano de 2015, houve a exclusão do conceito de propaganda eleitoral no que diz respeito à candidatura de um determinado cidadão, o engrandecimento de características e particularidades pessoais dos candidatos, objetivando não apenas a liberdade de expressão, bem como a livre manifestação de pensamento.

Outra alteração importante que deve ser mencionada, no entanto feita em 2017, foi a do artigo 57-B da Lei Eleitoral, em que se estabeleceu que a propaganda eleitoral agora

⁸⁶ Artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; (...) IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; (...) XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; (...)XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

⁸⁷ Artigo 220, da Constituição da República Federativa do Brasil: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

⁸⁸ “O Tribunal, por maioria, reputou constitucional a questão, vencido o Ministro Edson Fachin. Não se manifestou a Ministra Cármen Lúcia. O Tribunal, por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Edson Fachin. Não se manifestou a Ministra Cármen Lúcia. Decisão pela existência de repercussão geral”. BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RE 1037396- SP, Relator: Ministro Dias Toffoli, 2ª turma julgado em 03 mar. 2018, DJe nº 63, divulgado em 03 abr. 2018.

poderia ser veiculada por meio de blogs, redes sociais, *sites* de mensagens instantâneas, sendo o conteúdo fornecido por candidatos, coligações, partidos ou qualquer outro indivíduo, não sendo permitida a contratação de impuscionamento.

Apesar da Lei Eleitoral desde a sua primeira edição em 30 de setembro de 1997 já haver a previsão de direito de resposta ao candidato que sofresse ofensa por conceito, imagem ou afirmação notavelmente inverídica, somente no ano de 2009 a norma passou a prever a suspensão do acesso a conteúdo ilícito eleitoral transmitido no âmbito da *Internet*.

Ademais, outra alteração feita pela Lei nº 13.488/17 em relação à Lei Eleitoral que se deve fazer menção é a do artigo 57-I, que, no entanto possui uma redação no mínimo controversa. É evidente a necessidade de não veiculação de um conteúdo eleitoral que possui natureza ilícita, contudo não é o que o artigo prevê.

Não há sentido em suspender tal conteúdo por um lapso temporal e depois, findo o prazo de suspensão, ele voltar à circulação normalmente. Somente seria plausível caso fosse comprovada a sua não ilicitude, por exemplo, mas como pode ser observado não há tal observação neste artigo:

Artigo 57-I, da Lei Eleitoral: “A requerimento de candidato, partido ou coligação, observado o rito previsto no art. 96 desta Lei, a Justiça Eleitoral poderá determinar, no âmbito e nos limites técnicos de cada aplicação de internet, a suspensão do acesso a todo conteúdo veiculado que deixar de cumprir as disposições desta Lei, devendo o número de horas de suspensão ser definida proporcionalmente à gravidade da infração cometida em cada caso, observado o limite máximo de vinte e quatro horas. (Grifos acrescidos).

Em sessão de 18 de dezembro de 2017, o Tribunal Superior Eleitoral teve a oportunidade de esclarecer a interpretação ao artigo supracitado por meio de edição da Resolução nº 23.551, Instrução 0604335-14.2017.6.00.0000, sobre propaganda eleitoral, uso e geração do horário gratuito, bem como condutas ilícitas em sede de campanha eleitoral nas eleições. Tal Resolução, que teve como Relator Ministro Luiz Fux, manteve o dispositivo sem alterações significativas.

Em conformidade com o artigo 33, §3.º, da Resolução n.º 23.551 do Tribunal Superior Eleitoral, estabeleceu-se que a retirada de conteúdo terá a possibilidade de ser

efetuada em lapso temporal médio de não abaixo de 24h, o que pelo §4º do dispositivo, pode ser revisto caso encontre-se presente o fenômeno da viralização do material, concedendo, por conseguinte a redução do referido prazo, caso se esteja diante de um contexto excepcional justificável.

Ademais, faz-se oportuno mencionar que o artigo supracitado prevê um princípio importante para ser observado nos presentes casos, que consiste no Princípio da Menor Interferência Possível, estabelecido no *caput* do artigo 33, da Resolução n.º 23.551 do Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe: “*a atuação da Justiça Eleitoral em relação a conteúdos divulgados na internet deve ser realizada com a menor interferência possível no debate democrático*”⁸⁹.

A Resolução n.º 23.551, em seu artigo 22, prevê que apenas é possível limitar a livre manifestação do pensamento do eleitor, seja ele identificado ou identificável, na *Internet*, no momento que seja verificada ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos notavelmente inverídicos, até mesmo no que diz respeito às manifestações realizadas antes do dia estabelecido para a propaganda, independente de estarem presentes mensagens apoiando ou criticando candidato ou partido político.

No que toca a respeito de difusão de conteúdo, pode-se mencionar, ainda, alteração feita pela Lei n.º 12.891 de 2013, pela qual foi estabelecida a criminalização de contratação de grupo de pessoas que objetivassem especificamente produzir mensagens na *Internet* cujo conteúdo fosse atentatório à honra ou imagem de candidato, partido ou coligação política, conforme art. 57-H, §1º, da Lei Eleitoral⁹⁰. No entanto, até os dias atuais não foram incluídas na Lei Eleitoral hipóteses em que esses grupos fossem contratados para propagar notícias falsas.

⁸⁹ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução n.º 23.551, Instrução 0604335-14.2017.6.00.0000**. Publicada em 18 dez. 2017. Disponível em: < <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-23551-nova>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

⁹⁰ Artigo 57-H, da Lei Lei Eleitoral: “Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, será punido, com multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), quem realizar propaganda eleitoral na internet, atribuindo indevidamente sua autoria a terceiro, inclusive a candidato, partido ou coligação. § 1º **Constitui crime a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, partido ou coligação**, punível com detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)”. (Grifos acrescidos).

Com relação a propostas de proteção, temos o PL n° 9532 de 07 de fevereiro 2018⁹¹, que objetiva alterar o Código Eleitoral, apresentado com o intuito de dispor a respeito de *fake news*, bem como a criação do Conselho Consultivo sobre *Internet* e Eleições, por meio de Portaria TSE n.º 949, de 07 de dezembro de 2017⁹², que tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisas e estudos acerca das normas eleitorais e como a *Internet* interfere nas eleições diante do cenário atual, sobretudo no tocante às notícias falsas e utilização de perfis falsos programados para divulgar tais conteúdos, tendo potencial para apresentar instrumentos desenvolvidos para melhoria dos dispositivos legais.

Em fevereiro de 2018, o Ministro Luiz Fux, em cerimônia para sua posse como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, informou que haveria uma atuação eficiente da Justiça Eleitoral para combater as *fake news*⁹³, a partir de uma força tarefa de inteligência e de ação, através de agências de inteligência governamental e das Forças Armadas, especialistas nacionais e internacionais⁹⁴, como também principais empresas de mídias sociais, o Ministério Público e Polícia Federal⁹⁵.

3. 3 Proteção no Âmbito Penal

Em razão de inúmeras dificuldades no que diz respeito à responsabilização do autor por disseminar notícias cujo conteúdo tenha caráter inverídico como, por exemplo, a identificação do ofensor, o apanhado de todas as publicações, notícias e mensagens, bem como a possibilidade de retirada de todo esse conteúdo, surgem projetos de lei, propostas, discussões e entendimentos objetivando dar prioridade a mecanismos efetivos para controlar e conter tais condutas.

⁹¹ BRASIL. **Projeto de Lei n° 9532 de 07 de fevereiro de 2018**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167859>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁹² BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, Coordenadoria de Jurisprudência. **Portaria n.º 949, de 07 de dezembro de 2017**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/prt/2017/PRT09492017.html>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

⁹³ BONFANTI, Cristiane; RIBEIRO, Marcelo; MURAKAWA; Fabio. **Fux diz que TSE aplicará Lei da Ficha Limpa e combaterá 'fake news'**. Valor Econômico. Publicado em 06 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/5311151/fux-diz-que-tse-aplicara-lei-da-ficha-limpa-e-combatera-fake-news>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁹⁴ JARDIM, Lauro. **Fux monta força-tarefa contra “fake news”**. O Globo. Publicado em 17 dez. 2017. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/fux-monta-forca-tarefa-contrafake-news.html>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁹⁵ MORAIS, Tarciso. **Ministro Luiz Fux montando força-tarefa para combater fake news**. Publicado em 18 dez. 2017. Disponível em: <<https://renovamidia.com.br/luiz-fux-forca-tarefa-fake-news/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Existe um notável número de projetos de lei que tramitam atualmente no Congresso Nacional buscando, sobretudo, por exemplo, criminalizar a conduta de propagar notícias falsas. Sob esse contexto, pode-se fazer menção a um dos primeiro projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional, o PL nº 215 de 05 de fevereiro de 2015, que acrescenta inciso V ao artigo 141 do Código Penal. O projeto objetiva punir os crimes contra a honra praticados no meio das redes sociais, pretendendo o aumento de 1/3 da pena para conduta tipificada como tal.

Faz-se oportuno mencionar, também, o PL nº 7604 de 10 de maio de 2017⁹⁶, que consiste em projeto que disserta a respeito de aplicação de multa pelo compartilhamento de informações falsas divulgadas em redes sociais. Tal projeto encontra-se apensado ao PL 6812 de 02 de fevereiro de 2017⁹⁷, que dispõe em relação à tipificação penal da divulgação ou compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores.

Outros projetos de leis também foram estabelecidos como o PL 9931, de 03 de abril de 2018⁹⁸ e o PL de nº 9554 de 07 de fevereiro de 2018⁹⁹, que preveem a tipificação do crime de divulgação de notícias ou informações falsas, bem como o PL 9533 de 07 de fevereiro de 2018¹⁰⁰, em que define tal conduta como crime contra a segurança nacional, a ordem política e social, com respeito a incitamento através das redes sociais, estabelecendo até mesmo seu processo e julgamento.

Para esclarecer como a maioria é proposta, como exemplo, pode-se analisar o PL nº 473 de 29 de novembro de 2017¹⁰¹, proposto pelo o Senador Ciro Nogueira do Partido

⁹⁶ BRASIL. **Projeto de Lei nº 7604 de 10 de maio de 2017**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2136633>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁹⁷ BRASIL. **Projeto de Lei nº 6812 de 02 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122678&ord=1>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁹⁸ BRASIL. **Projeto de Lei nº 9554 de 07 de fevereiro de 2018**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167903>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁹⁹ BRASIL. **Projeto de Lei nº 9931 de 03 de abril de 2018**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2170681>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

¹⁰⁰ BRASIL. **Projeto de Lei nº 9533 de 07 de fevereiro de 2018**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21678609>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

¹⁰¹ BRASIL. **Projeto de Lei nº 473 de 29 de novembro de 2017**. Disponível em:

Progressista do Piauí (PP/PI), com o intuito de agregar ao Código Penal o artigo 287-A, que prevê pena de detenção para aquele que divulgar notícias falsas a respeito de temas como saúde, segurança pública, economia nacional e processo eleitoral ou que afete interesse público relevante, com qualificadora para os que divulgam através da internet.

Como justificativa do referido projeto, Ciro Nogueira fundamentou que há determinadas hipóteses que não podem ser configuradas diretamente em crime contra a honra, conseqüentemente não são abrangidas pelos dispositivos da legislação penal. Sendo assim, seria necessário, portanto, criminalizar tal conduta já que a vítima não seria apenas aquela que teve sua honra violada, mas também toda a sociedade, devendo ser tal ato agravado quando a propagação for feita por meio da *Internet* e também quando o autor visar para si ou para outrem algum tipo de vantagem.

É manifesta a existência de outros mecanismos presentes na legislação penal que visem proteger a honra de um determinado indivíduo, bem como responsabilizar os autores que, “caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime”¹⁰², “difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”¹⁰³, ou “injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro”¹⁰⁴, além da responsabilização civil já prevista no âmbito civil.

Também é certo que o direito penal é um campo do direito que deve objetivar ser sempre a última *ratio* para a solução de conflitos. Todavia, diante da repercussão e rapidez da propagação que uma notícia falsa pode causar, sobretudo em casos que ocorram criminalizações injustas, pode-se afirmar que a sociedade está situada em um momento no qual a possibilidade de qualificar tal conduta é latentemente necessária, seja ela feita por meio de calúnia, difamação ou injúria, de forma individual ou cumulativa.

3. 4 Proteção à Luz da Defesa dos Direitos Humanos

Além de mencionar as três facetas do sistema de proteção brasileiro com relação aos casos de *fake news*, faz-se importante discutir e estudar quais são os mecanismos de

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131758>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

¹⁰² Cf. artigo 138, do Código Penal.

¹⁰³ Cf. artigo 139, do Código Penal.

¹⁰⁴ Cf. artigo 140, do Código Penal.

defesa disponibilizados aos defensores de direitos humanos. Como observado no estudo do caso concreto escolhido, a repercussão que um conteúdo falso pode provocar, diante principalmente de sua capacidade avassaladora de disseminação mais célere possível, as notícias falsas podem se tornar um mecanismo que promova a destruição de ideias e pensamentos.

Marielle Franco, mulher, negra e, sobretudo, defensora de direitos fundamentais das minorias, teve suas lutas e pensamentos deturpados por causa de uma criminalização inverídica pautada em *fake news*, que não apenas degenerou, mas também deturpou sua honra e imagem. Assim, não há dúvidas em relação alta potencialidade que as notícias falsas possuem no que diz respeito a criar obstáculos à luta pelos direitos humanos, causando-lhes até mesmo a sua deslegitimação.

As notícias falsas, como observado no caso Marielle Franco, podem e muitas vezes têm o objetivo atribuir à marca de estereótipos negativizados e o peso de atos incongruentes das lutas vivenciadas pelos defensores de direitos humanos. O demonizar e vilanizar servem à finalidade de conter o potencial ressignificador construído através de seu agir, pois, uma vez desacreditados, facilita-se o propósito de derrubar seu corpo de demandas, nem que seja pela derrubada violadora de seus corpos, silenciando-os.

Por meio deste subcapítulo pretende-se analisar o efeito que fatiga as ações e desempenhos exercidos pelas defensoras e pelos defensores de direitos de dignidade, que arriscam suas próprias vidas em prol de uma busca pela melhoria da sociedade como um todo.

A partir desse contexto, parte-se para a suposição de que um sistema de proteção eficiente de não apenas direitos, mas também garantias desses direitos, encontra-se cada vez mais sensível e complexo, bem como deve ser defendido sem cansar, habitualmente, de uma maneira diária por todos.

Após o reconhecimento do ofício imprescindível das defensoras e defensores de direitos humanos, assim como seu estado latente de vulnerabilidade, tendo em vista que constantemente estão em posições que se distanciam dos interesses estatais, faz-se oportuno mencionar o significado de defensores de direitos de dignidade a partir da Declaração das

Nações Unidas sobre os Defensores dos Direitos Humanos, nos termos de seu artigo 1: *“todas as pessoas têm o direito, individualmente e em associação com outras, de promover e lutar pela proteção e realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais a nível nacional e internacional”*¹⁰⁵.

Apesar de a Declaração ter estabelecido o dever do Estado em aplicar medidas tanto legislativas e quanto administrativas em enfoque em dar efetividade aos direitos humanos, é indubitável que diante de tais acontecimentos, não se vislumbra tal postura que deveria ser exercida por um país dito como democrático.

O que se verifica no tocante à regulamentação dessas medidas, em verdade, é o significativo enxugamento de garantias que necessitam ser observadas, que são originadas a partir da presença reiterada de retrocessos e omissões causadas por desinteresse político por parte das autoridades competentes.

No ano de 2004, Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), foi lançado no território brasileiro, por meio de Audiência Pública nº 1.196 da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, pautando-se em extensa reivindicação feita por organizações não-estatais¹⁰⁶.

Posteriormente, foi promulgado o Decreto nº. 6.044 de 12 de fevereiro de 2007, que instituiu a Coordenação Nacional para o Programa, fixou-se prazo para a elaboração de sua política, que foi anexada mais tarde.

No entanto, apesar da presença de tais mecanismos, que objetivavam um combate efetivo às violações que defensoras e defensores estariam propícios a sofrer, por meio de programas e políticas públicas, o Estado permaneceu inerte. Os obstáculos resultam, sobretudo, da ausência de uma obrigação dos Estados e demais órgãos federais competentes em adotar tais políticas, além da ausência de repartição formal de atribuições em escala

¹⁰⁵ Resolução nº 53/144 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 09 de dezembro de 1998. **Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (Defensores de Direitos Humanos)**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Defenders/Declaration/declarationPortuguese.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

¹⁰⁶ JUSTIÇA GLOBAL. **Guia de proteção para defensoras e defensores de direitos humanos. Rio de Janeiro, 2016**. Disponível em: <<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/09/guia-DDHs-final.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

municipal e estadual.

Nos Estados em que houver ausência de diálogo participativo com o PPDDH, a proteção de defensoras e defensores terá de ser feita pela Coordenação Nacional, que tem sede no Distrito Federal. Por conseguinte, tem-se a configuração de uma medida débil, no sentido de que se distancia da pessoa que possui risco diante da inexistência de aplicação. Tal conduta traz insegurança às hipóteses emergenciais que se busquem eficiência e celeridade na preservação da vida das defensoras e defensores ameaçados.

Até mesmo nos raros Estados que instituíram Coordenações locais há carência de recursos humanos, técnicos e operacionais, cuja existência pretende ser incluída como requisito à própria inclusão das defensoras e defensores no PPDDH.

Tal feito pode ser observado no artigo 6º, inciso V, do Decreto Estadual n.º 12.003 de 10 de março de 2010¹⁰⁷ do Estado da Bahia, na Lei Estadual n.º 8.233 de 21 de dezembro de 2005 do Espírito Santo, bem como no artigo 13, inciso V, do Decreto Estadual n.º 31.059 de 22 de novembro de 2012¹⁰⁸ do Estado do Ceará.

Sob esse contexto, por meio da interpretação de tais dispositivos, tem-se a impossibilidade de uma proteção efetiva dos defensores em risco como argumento para que não se preste proteção alguma. Assim, como não haveria registro de mortes entre aqueles incluídos no programa, não teria-se tal proteção, o configura em um sistema um tanto esquizofrênico no sentido de não prevenir possíveis condutas ilícitas aos defensores.

Tais apontamentos configuram um certo desinteresse por parte dos Poderes Públicos em efetivarem redes de garantia aos defensores de direitos de dignidade, conforme se extrai dos próprios retrocessos na destinação orçamentária de recursos ao PPDDH.¹⁰⁹

Nota-se, portanto, que o papel vital dos defensores de direitos humanos se esculpe,

¹⁰⁷ Artigo 6º, do Decreto nº 12.003/2010 : “A Comissão ora criada, para autorizar a inclusão do Defensor dos Direitos Humanos no Programa, considerará os seguintes aspectos: (...) V - a existência de recursos humanos, técnicos e/ou operacionais que propiciem a realização de proteção eficaz para a pessoa a ser incluída”.

¹⁰⁸ Artigo 13, Decreto Estadual n.º 31.059/12: “A Coordenação Estadual, para autorizar a inclusão no Programa, considerará os seguintes aspectos: (...)V - a existência de recursos humanos, técnicos e/ou operacionais que propiciem a realização de proteção eficaz para a pessoa a ser incluída.

¹⁰⁹ Cf. histórico orçamentário previsto no PPDDH disponível em: <“<http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/programas-de-protecao/ppddh-1/historico-orcamentario>”>. Acesso em: 10 jun 2019.

consequentemente, em riscos e perigos diante desta vasta neblina protetiva em que não apenas são violados por seus agressores diretos, como também pelos próprios órgãos que, tendo atribuição para oferecer mecanismos de sua proteção, permanecem inertes. Nessa perspectiva, faz-se fundamental a menção da Recomendação nº 4, de 11 de junho de 2018, feita pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos¹¹⁰:

Considerando que alguns países têm adotado medidas temerárias que, a pretexto de combater a proliferação de “notícias falsas”, atacam sistematicamente jornalistas e meios de comunicação, e geram um cenário de derrubada generalizada de conteúdos na internet, restringindo a emissão de críticas legítimas e silenciando vozes dissidentes.

Considerando que a produção e direcionamento das chamadas fake news hoje estão diretamente relacionadas com a coleta e tratamento massivos e indiscriminados de dados pessoais. Por isso, como já recomendou a Comissão Europeia, quanto maior a proteção e o controle dos usuários sobre suas informações, menor a incidência de intermediários e da dinâmica que estimula a promoção das chamadas “notícias falsas”, seja por motivação política por meio de conteúdos impulsionados, seja para fins de monetização por meio da busca de “curtidas” e “compartilhamentos”. (Grifos acrescidos).

Nesses termos, consoante também ao entendimento da *Joint Declaration on Freedom of Expression and “Fake News”, Disinformation and Propaganda*¹¹¹ expedida pela Organização das nações Unidas, em que dispõe acerca dos malefícios do tratamento penal do assunto, que podem ser não apenas desproporcionais, mas também gerar grandes prejuízos à democracia, ao acesso à informação e a liberdade de expressão, temas que são protegidos como cláusula pétrea em nosso ordenamento, nos termos do artigo 60, §4, inciso III, da Constituição da República¹¹².

Apesar disso, em vez de serem implantadas políticas públicas ou movimentos sociais buscando promover uma melhor compreensão de como se identificar uma notícia falsa, propor informações de como fakes news podem ser prejudiciais e causar danos irreversíveis às suas vítimas, cada vez é mais corriqueira a ocorrência de prisões e a busca de criminalizar

¹¹⁰ Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Recomendação nº 4, de 11 de junho de 2018**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/recomendacao-ndeg-04-2018_fake-news-e-liberdade-de-expressao.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

¹¹¹ Tradução livre: Declaração sobre liberdade de expressão, “fake news”, desinformação e propaganda. “Criminal defamation laws are unduly restrictive and should be abolished. Civil law rules on liability for false and defamatory statements are legitimate only if defendants are given a full opportunity and fail to prove the truth of those statements and also benefit from other defences, such as fair comment”. Disponível em: <<https://www.osce.org/fom/302796?download=true>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹¹² “Artigo 60, da Constituição da República Federativa do Brasil: “A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais”.

tal conduta.

Diante da atual conjuntura tecnológica que nos encontramos é importante a existência de regulamentações e dispositivos legais sobre o tema. No entanto, tais práticas não serão tão efetivas e com resultados realmente significativos até que os usuários da *Internet* saibam usá-la de uma maneira ciente e disciplinada. O que, conseqüentemente, só poderá ser transformado de fato por meio de políticas e ações públicas.

Por fim, com respeito à busca pela efetiva instauração de direitos de dignidade, pode-se perceber que, diante de tais circunstâncias às quais os defensores de direitos humanos se situam, essa luta não terá fim e sempre haverá aqueles que pretendem de alguma forma, seja por meio de notícias falsas ou criminalizações inverídicas, tentar deslegitimar seu discurso.

Nesse sentido, Trindade disserta sobre a semelhança entre o mito do Sísifo e a busca pela proteção de direitos humanos, *in verbis*:

Não podemos pressupor, neste ou em qualquer domínio, um progresso linear, constante e "inevitável", porquanto as instituições públicas (nacionais e internacionais) são, em última instância, as pessoas que nelas se encontram, e oscilam, pois, como as nuvens ou as ondas, como é próprio da vulnerável condição humana. Constatamos hoje com nitidez que, laborar na proteção internacional dos direitos humanos, é como o mito do Sísifo, uma tarefa que não tem fim. É como estar constantemente empurrando uma rocha para o alto de uma montanha, voltando a cair e a ser novamente empurrada para cima. Entre avanços e retrocessos, desenvolve-se o labor de proteção. Ao descer da montanha para voltar a empurrar a rocha para cima, toma-se a consciência da condição humana, e da tragédia que a circunda. (Grifos acrescentados)¹¹³.

Seguindo tal entendimento, mais uma vez reforça-se a hipótese de que é necessária a criação e um sistema de proteção brasileiro que possa não apenas estabelecer direito e garantias, como também efetivá-los, ante um universo amplo de infinitas vulnerabilidades que a sociedade se encontra 24h por dia com a *Internet*. Apenas com o lutar sem cansar diário das

¹¹³ “Trabalho de pesquisa apresentado pelo Autor, em um primeiro momento, nas Jornadas de Direito Internacional Público no Itamaraty, na forma de conferência de encerramento por ele ministrada em Brasília, em 09.11.2005, e, em um segundo momento, em forma final e definitiva, em forma de três conferências proferidas pelo Autor no XXXIII Curso de Direito Internacional Organizado pela Comissão Jurídica Interamericana da OEA, no Rio de Janeiro, em 18 e 21-22 de agosto de 2006”. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Desafios e Conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro, 18 e 21-21 ago. 2006. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/esp/407-490%20cancado%20trindade%20OEA%20CJI%20%20.def.pdf>>.

pessoas e a participação do Estado, não só dos operadores do direito, mas também aqueles responsáveis a proporcionar políticas públicas e movimentos sociais objetivando expandir a informação e conhecimento, únicos combustíveis capazes de frear a multiplicação de notícias falsas.

CONCLUSÃO

Diante não apenas de toda narrativa do caso objeto da presente pesquisa, bem como da repercussão que ele gerou e da forma de propagação avassaladora ocorrida em curto espaço de tempo, a reflexão que se pode ser feita é que, tais características ocorridas somente em casos de criminalizações pautadas em *fake news* feitas no universo das redes sociais, são justificativas no mínimo intrigantes que estimulam ainda mais a necessidade de um mecanismo de proteção efetivo no direito, seja ele civil, eleitoral ou penal.

O questionamento que se faz, portanto, é em que medida estas disposições, que não foram criadas estritamente para a resolução de lides que envolvem o compartilhamento de *fake news*, satisfazem o interesse da parte ofendida e se de fato faz-se necessária à presença de novos mecanismos ou até mesmo novos dispositivos dentro do ordenamento jurídico que satisfaçam tais pretensões.

Com o passar dos tempos, tendo em vista a velocidade a qual novas tecnologias são implementadas, bem como o fato de a Internet se fazer presente gradativamente no dia a dia das pessoas, o direito se torna uma ciência cada vez mais necessitada de renovação e capacidade de estar disposto a prevenir e proteger os indivíduos.

Ao longo do presente estudo, principalmente no decorrer do capítulo que diz respeito aos mecanismos de proteção previstos no Brasil, pode-se notar que o ordenamento jurídico pátrio possui, sem dúvidas, alicerces e instrumentos capazes de fazer a coibição, prevenção e responsabilização ante as condutas ilícitas feitas no âmbito de uma disseminação de notícias falsas.

Nada obstante, com base nas situações, dispositivos legais e casos apresentados, a questão encontra-se, portanto, direcionada não na necessidade de criação de novas leis, porém na harmonização da técnica dos instrumentos já existentes, atribuindo vital relevância a implementação não apenas de movimentações sociais, no que toca a sociedade, bem como políticas públicas em relação às autoridades competentes, sem as quais o combate e a contenção ao conteúdo ilícito sem dúvidas poderão falhar.

Por outro lado, também se deve fazer menção aos deveres direcionados aos

provedores de conteúdo, que também possuem papéis essenciais para o combate das *fake news* no âmbito virtual. Nesse sentido, seria prudente que esses provedores estabelecessem uma parceria com as autoridades competentes, de forma que pudessem auxiliar na eficácia com relação à identificação e retenção às notícias falsas.

Outro fator importante a ser assinalado é que a voz dada pela *Internet* contribuiu em grande escala para o desenvolvimento da democracia. Hoje não há a necessidade da publicação de uma notícia em um jornal para que a informação atinja milhares de pessoas. Qualquer pessoa comum pode fazer sua voz ser ouvida pelo mundo inteiro, precisando somente de uma conta em uma rede social, sem que haja qualquer filtro prévio. Não há mais a necessidade de ter poder para que possa ser efetivamente escutado.

Nada obstante, não apenas benefícios foram trazidos com essa ampliação do espaço, mas também a maior potencialidade de se estar vulnerável diante deste vasto universo que é a *Internet*. O que era trazido como uma grande ferramenta revolucionária que ampliaria os debates tão necessários em um ambiente democrático, na verdade, está sofrendo com diversos entraves internamente, no sentido do mundo virtual, que por consequência refletem no mundo real.

Essa situação demonstra o quanto o povo brasileiro necessita de educação digital, independente da camada social que pertença. Vivemos em um momento em que a verdade dissimulada ou não verdade domina o senso sobre a verdade. As notícias inverídicas tomam conta das ideias, o que gera a necessidade latente do aprendizado de como, ao menos fazer com que as pessoas busquem saber se a fonte de onde vem aquela informação é confiável ou não.

Para além da responsabilização pelo compartilhamento, quando responsabilizamos tratamos apenas da consequência do problema e não do problema em si. Isto porque as notícias falsas apenas existem porque a desinformação se encontra em um nível tão elevado que dá espaço para que estas sejam ressaltadas.

Portanto, o remédio capaz de conter e curar as *fake news* são nada mais que a informação e a educação digital. No entanto, é inegável que a solução não virá apenas a partir do direito e do meio dogmático, mas sim a partir de ações interdisciplinares, de

diversos ramos de estudo e engajamento dos poderes públicos acerca da temática.

A solução para a diminuição do compartilhamento das *fake news* não se encontra somente na necessidade da responsabilização de quem compartilhou, mas também através de investimento em educação digital, de modo a cortar o mal na sua origem, não pelo seu resultado. Isso porque, a tecnologia sempre trará uma nova inovação que o direito chegará para regulamentar somente após a ocorrência de fatos danosos. De fato, o que prevenirá que pessoas não sejam prejudicadas por tais notícias é o amplo acesso à informação e educação.

Portanto, reafirma-se a hipótese firmada anteriormente no sentido da necessidade de formação de um sistema eficaz de garantias que, apenas será possível se houver uma ressignificação pelo lutar cotidiano. A necessidade da participação do Estado, e, principalmente, do próprio direito, como aliados nesse processo sensibilizador, é indubitável e primordial caso sejam utilizados para promover ações sociais e políticas públicas buscando a informação e educação virtual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência a violência do controle penal**. 2ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 279.

ARAUJO, Fernanda Carolina de. **A teoria criminológica do labelling approach e as medidas socioeducativas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 127. doi:10.11606/D.2.2010.tde-06072011-111256. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-06072011-111256/pt-br.php>>. Acesso em: 09 de jun. de 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 473 de 29 de novembro de 2017**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131758>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6812 de 02 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122678&ord=1>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 7604 de 10 de maio de 2017**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2136633>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 9931 de 03 de abril de 2018**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2170681>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 9532 de 07 de fevereiro de 2018**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167859>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 9533 de 07 de fevereiro de 2018**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21678609>>.

Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 9554 de 07 de fevereiro de 2018**. Disponível em:
<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167903>>.
Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. **ADPF 130-7/DF**. Relator: Ministro Carlos Brito, Tribunal Pleno em 30 abr. 2019. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605411>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, Coordenadoria de Jurisprudência. **Portaria n.º 949, de 07 de dezembro de 2017**. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/prt/2017/PRT09492017.html>>. Acesso em 16 mar. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, Coordenadoria de Jurisprudência. **Portaria n.º 949, de 07 de dezembro de 2017**. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/prt/2017/PRT09492017.html>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.551, Instrução 0604335-14.2017.6.00.0000**. Publicada em 18 dez. 2017. Disponível em:
<<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-23551-nova>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.175.675-RS**, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª turma, julgado 09 ago. 2011, DJe 20 set. 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **RE 1037396- SP**, Relator: Ministro Dias Toffoli, 2ª

turma julgado em 03 mar. 2018, DJe nº 63, divulgado em 03 abr. 2018.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica ao direito penal: introdução à sociologia do direito penal**; tradução Juarez Cirino dos Santos. 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARROSO, Luis Roberto. **Colisão entre Liberdade de Expressão e Direitos da Personalidade. Critérios de Ponderação. Interpretação Constitucionalmente Adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, Vol. 235, jan. 2004, p. 20. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45123/45026>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. Ed. Saraiva, 2.ª Ed., 2010. Livro em PDF. p. 191 do PDF. Disponível em: < <https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/2680-Curso-de-Direito-Constitucional-Contemporaneo-Luis-Roberto-Barroso-2017.pdf>>.

BAKIR, V.; MCSTAY, A. **Fake News and The Economy of Emotions: Problems, causes, solutions. Digital Journalism**. 2018, p. 154–175. Disponível em: <http://doi.org/10.1080/21670811.2017.1345645>. Acesso em: 02 de nov. 2018.

BISSOLI FILHO, Francisco. **Punição e divisão social: do mito da igualdade à realidade do apartheid social**. In ANDRADE, Vera Regina Pereira de (org.). Verso e reverso do controle penal – (dê)s aprisionado a sociedade da cultura punitiva. Homenagem a Alessandro Baratta. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. Vol. II. p. 78.

BONFANTI, Cristiane; RIBEIRO, Marcelo; MURAKAWA; Fabio. **Fux diz que TSE aplicará Lei da Ficha Limpa e combaterá 'fake news'**. Valor Econômico. Publicado em 06 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/5311151/fux-diz-que-tse-aplicara-lei-da-ficha-limpa-e-combatera-fake-news>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BOTTARI, Elenilce. **Presos dois investigados pela clonagem do carro usado para matar**

Marielle Franco. O Globo. Publicado em 31 mai. 2019. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/presos-dois-investigados-pela-clonagem-do-carro-usado-para-matar-marielle-franco-23708813>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

CAMBRIDGE DICTIONARY. Meaning of fake news in English. Disponível em:

<<https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/fake-news>>. Acesso em 09 jun. 2018.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral. Vol.1, 15ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011, p.134.

CASO FACEBOOK III. Descumprimento de Ordem Judicial de Remoção e Filtragem de Conteúdo. Bloqueios.info. Publicado em 28 mar. 2018. Disponível em:

<<http://bloqueios.info/pt/casos/descumprimento-de-ordem-judicial-de-remocao-e-filtragem-de-conteudo/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

CASO MARIELLE: O que se sabe até agora sobre o crime que completa um ano. El

País. Publicado em 12 mar. 2019. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/12/politica/1552413743_367093.html> . Acesso em: 16 mar. 2019.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder.

<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPrincBasJustVitCriAbuPod.html>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA USP. Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder – 1985. Universidade

de São Paulo – USP, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, Concepção do projeto da

Biblioteca Virtual: Professora Maria Luiza Marcílio. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contr-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/declaracao-dos-principios-basicos-de-justica-relativos-as-vitimas-da->

criminalidade-e-de-abuso-de-poder.html. Acesso em: 02 de nov. de 2018.

DA REDAÇÃO. **Advogadas se engajam no combate às notícias falsas sobre Marielle.**

Claudia Abril. Publicado em 19 mar. 2018. Disponível em:

<<https://claudia.abril.com.br/noticias/noticias-falsas-marielle/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder . 1985. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contr-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/declaracao-dos-principios-basicos-de-justica-relativos-as-vitimas-da-criminalidade-e-de-abuso-de-poder.html>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

DE TEFFÉ, Chiara Antonia Spadaccini. **A Responsabilidade Civil do Provedor de Aplicações de Internet pelos Danos decorrentes do Conteúdo gerado por Terceiros, de acordo com o Marco Civil da Internet**. Belo Horizonte, ano 4, n. 10, set. / dez. 2015, p.4.

DE MORAES, Alexandre. **Poder Legislativo**. Coordenação: SILVA MARTINS, Ives Gandra da; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do Nascimento. Vol. 1.

Editora Saraiva, 2.^a Edição, 2012, p. 903 do PDF. Disponível em:

<<https://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/1/art20170126-02.pdf>>.

EQUIPE VICE BRASIL. **Morte de Marielle mobilizou 567 mil tuítes; 7% deles criticaram a esquerda. Grande maioria de usuários do Twitter expressou revolta e condolências**. Vice. Publicado em 16 mar. 2018. Disponível em:

<https://www.vice.com/pt_br/article/mbxqwp/morte-de-marielle-mobilizou-567-mil-tuites-7-foram-criticas-a-esquerda>. Acesso em: 09 jun. 2018.

EPSTEIN, Lee. **Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência**. São Paulo: Direito GV, 2013. (Coleção acadêmica livre). Título original: The rules of inference.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar uma pesquisa**. 5^a Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GAZETA DO POVO COM FOLHAPRESS. **PM e ex-PM são presos por suspeita de executar Marielle Franco.** *Gazeta do Povo*. Publicado em 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/pm-e-ex-pm-sao-presos-por-suspeita-de-executar-marielle-franco-288ur7xq62727xe2jlqzx9c4d/>>. Acesso em 16 mar. 2019.

G1. **Manifestantes protestam pelo país contra a morte de Marielle Franco.** G1 Globo. Publicado em 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contr-a-morte-de-marielle-franco.ghtml>>. Acesso em 09 jun. 2018.

G1 – SÃO PAULO. **Assassinato de Marielle Franco: o que se sabe sobre o crime.** G1 Globo. Publicado em 15 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/assassinato-da-vereadora-marielle-o-que-se-sabe-sobre-o-crime.ghtml>>. Acesso em 09 jun. 2018.

G1 RIO. **Juiz dá 24 horas para Facebook retirar posts com informações falsas sobre Marielle.** G1 Globo. Pulicado em 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/justica-do-rio-determina-que-facebook- retire-publicacoes-com-informacoes-falsas-sobre-marielle-em-24-horas.ghtml>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

G1 RIO. **Justiça determina que YouTube retire do ar 16 vídeos com ofensas a Marielle Franco.** G1 Globo. Publicado em 22 mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/justica-determina-que-youtube- retire-do-ar-16-videos-com-ofensas-a-marielle-franco.ghtml>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antônio García-Pablos de; CUNHA, Rogério Sanches. **Direito Penal : parte geral.** 2ª Ed. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 126.

GRAGNANI, Juliana. **Pesquisa inédita identifica grupos de família como principal vetor de notícias falsas no WhatsApp.** BBC News. Publicado em 20 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43797257>>. Acesso em 09 jun. 2018.

JARDIM, Lauro. **Fux monta força-tarefa contra “fake news”.** O Globo. Publicado em 17 dez. 2017. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/fux-monta->

forca-tarefa-contrafake-news.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

JUSTIÇA GLOBAL. **Guia de proteção para defensoras e defensores de direitos humanos. Rio de Janeiro, 2016.** Disponível em: <“<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/09/guia-DDHs-final.pdf>”>. Acesso em: 02 abr. 2019.

LIRA, Frank Wyllys Cabral. **Epistemologia das Notícias Falsas.** Disponível em: https://www.academia.edu/35313184/Epistemologia_das_not%C3%ADcias_falsas. Acesso em: 09 de junho de 2018.

MAPPING OF MEDIA LITERACY PRACTICES AND ACTIONS IN EU-28, EUROPEAN AUDIOVISUAL OBSERVATORY, ESTRASBURGO, 2016; documento original em PDF, p. 1 (p. 4 do PDF). Disponível em: <<https://rm.coe.int/1680783500>>. Apud CARVALHO, Gustavo Arthur Coelho Lobo; KANFFER, Gustavo Guilherme Bezerra. **O Tratamento Jurídico das Notícias Falsas (*fakes news*).** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/tratamento-juridico-noticias-falsas.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MENEZHINI, Tatiani. **Como as bibliotecas podem ajudar a encontrar soluções reais para combater as notícias falsas?** Biblio Cultura Informacional. Publicado em 30 mai. 2018. Disponível em: <<http://biblioo.cartacapital.com.br/como-as-bibliotecas-podem-ajudar-a-encontrar-solucoes-reais-para-as-noticias-falsas/>>. Acesso em 11 jun. 2018.

MORAIS, Tarciso. **Ministro Luiz Fux montando força-tarefa para combater fake news.** Publicado em 18 dez. 2017. Disponível em: <<https://renovamidia.com.br/luiz-fux-forca-tarefa-fake-news/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PPDDH disponível em: <“<http://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/programas-de-protecao/ppddh-1/historico-orcamentario>”>. Acesso em: 10 jun 2019.

Preso acusado de participar do assassinato de Marielle é filiado ao DEM. Correio Braziliense Brasil. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/12/interna-brasil,742424/preso-acusado-de-participar-do-assassinato-de-marielle-e-filiado-ao-de.shtml>>.

Acesso em: 16 mar. 2019.

REDAÇÃO. Facebook tira do ar página ligada ao MBL que divulgou fake News sobre Marielle Franco. Saiba Mais, Agência de Reportagem. Publicado em 25 mar. 2018.

Disponível em: <<https://www.saibamais.jor.br/facebook-tira-do-ar-pagina-ligada-ao-mbl-que-divulgou-fake-news-sobre-marielle-franco/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

RESOLUÇÃO Nº 53/144 DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1998. Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (Defensores de Direitos Humanos). Disponível em:

<<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Defenders/Declaration/declarationPortuguese.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

RODRIGUES, Mateus. Após divulgar fake news sobre Marielle, deputado Alberto Fraga suspende redes sociais. G1 Globo. Publicado em 19 mar. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/apos-divulgar-fake-news-sobre-marielle-deputado-alberto-fraga-suspende-redes-sociais.ghtml>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

SARAIVA, Jacqueline. Saiba quem era Marielle Franco, vereadora assassinada a tiros no Rio. Em.com.br. Publicado em 15 mar. 2018. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/03/15/interna_politica,944288/saiba-quem-era-marielle-franco-vereadora-assassinada-a-tiros-no-rio.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SARAIVA, Jacqueline. Morte de vereadora e motorista no Rio: o que se sabe até agora.

Correio Braziliense Brasil. Publicado em 15 mar. 2018. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/03/15/interna_politica,666341/morte-de-vereadora-e-motorista-no-rio-o-que-se-sabe-ate-agora.shtml>. Acesso em: 09 jun. 2018

SILVA, Afrânio et al. Sociologia em movimento. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2013 – p.15.

SOUZA, Carlos Affonso; LEMOS, Ronaldo. **Marco Civil da Internet: Construção e Aplicação**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2016, p.38-117.

TANDOC, E. C.; LIM, Z. W; LING, R. **Defining “Fake News”: A typology of scholarly definitions**. *Digital Journalism*. 2018. Disponível em:

<<http://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>>. Acesso em: 02 de nov. 2018.

TAVARES, André Ramos Tavares. **Princípios Constitucionais**. Tratado de Direito Constitucional. Coordenação: SILVA MARTINS, Ives Gandra da; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do Nascimento. Vol. 1. Editora Saraiva, 2.^a Edição, 2012, p. 420/421 do PDF. Disponível em:

<<https://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/1/art20170126-02.pdf>>.

TORRES, Ana Carolina; SOARES, Rafael. **Major preso por suspeita de envolvimento na morte de Marielle Franco será julgado por chacina na Baixada**. Extra, Globo. Publicado em 22 jan. 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/major-presos-por-suspeita-de-envolvimento-na-morte-de-marielle-franco-sera-julgado-por-chacina-na-baixada-23391340.html>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos. Crime e Criminoso: Entes Políticos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Conselho Consultivo reúne-se no TSE na segunda (15) para discutir fake news e eleições**. Publicado em 12 jan. 2018. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Janeiro/conselho-consultivo-reune-se-no-tse-na-segunda-15-para-discutir-fake-news-e-eleicoes>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Desafios e Conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro, 18 e 21-21 ago. 2006.

Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/esp/407-490%20cancado%20trindade%20OEA%20CJI%20%20.def.pdf>>.

VALENTE, Rubens. **PF cria grupo para auxiliar órgãos no combate às 'fake news' nas eleições**. Folha de S. Paulo. Publicado em 04 jan. 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1947872-pf-cria-grupo-para-auxiliar-outros-orgaos-no-combate-as-fake-news.shtml>>. Acesso em 09 jun. 2018.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro - Teoria Geral**. 4º Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015. p. 43.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 6ª Ed. Rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, Vol. I, p. 63-64.